

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios



DE SÃO PAULO



Ano 4
Número 28
R\$ 7,00

MEIO AMBIENTE

CIDADES COM ÁREAS
RESTRITAS TÊM DIREITO
A COMPENSAÇÃO
FINANCEIRA

EDUCAÇÃO

MUNICÍPIOS COMBATEM
EVASÃO ESCOLAR COM
INICIATIVAS CULTURAIS E
MERENDA DE QUALIDADE

SIVIM

Sistema Viário de Interesse
Metropolitano organiza o
trânsito de 45 milhões de
pessoas em 67 municípios



ENTREVISTA: GILBERTO KASSAB FALA SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E PACTO FEDERATIVO



Líder em alimentação Escolar

Mais de 1,5 milhão de pessoas satisfeitas todos os dias



MERENDA ESCOLAR



RESTAURANTES POPULARES



HOSPITAIS

Oferecendo serviços de qualidade em todo o país, a Coan serve diariamente mais de 1 milhão e 500 mil refeições, produzidas por profissionais capacitados e supervisionados por nutricionistas.

Líder na terceirização de alimentação escolar, atende também órgãos públicos como hospitais, repartições e restaurantes populares.

Por que Coan?

- Refeições de qualidade;
- Mão-de-obra especializada e constantemente capacitada para a elaboração e confecção das refeições;
- Praticidade para a Administração Pública, que passa de gestora a fiscalizadora dos serviços de alimentação, com custos e suprimentos rigorosamente controlados;
- Excelente relação custo/benefício e valorização de fornecedores locais;
- Inclusão de programas de educação alimentar, para combater a desnutrição e a obesidade infantil;
- Satisfação dos alunos, funcionários e trabalhadores do município.

Conheça a Coan e invista na qualidade de vida e no futuro de sua cidade.



Coan®
Alimentação
& Serviços

0800-554432
www.coanfoodservice.com

Infra-estrutura adequada



Renaldo Vaz

Se há um setor que sempre recebeu investimentos da administração pública do Estado de São Paulo, este é o da infra-estrutura.

Ao longo do tempo, o Estado tem tido cuidado de preparar-se para o processo contínuo de crescimento que o caracterizou por todo o século XX e, claro, continua muito mais acelerado nos dias de hoje.

Um Estado com a pujança industrial e pecuária como o nosso não poderia deixar de investir seriamente no setor de transportes, visando o escoamento de sua produção, além de garantir a segurança de seus cidadãos que trafegam em nossas estradas.

Outro setor que merece atenção especial é justamente o compreendido pelas três regiões metropolitanas de nosso Estado, seja no setor de transporte de carga ou no de mobilidade e acessibilidade, garantindo fluidez e segurança aos que utilizam o transporte coletivo em seus deslocamentos.

No quesito mobilidade, direito assegurado aos usuários dos transportes coletivos, temos na matéria

que enfoca o SIVIM (Sistema Viário de Interesse Metropolitano) uma noção ampla do interesse, cuidado e iniciativa do Governo do Estado em buscar soluções que melhorem a vida dos moradores de nossas regiões metropolitanas.

No setor de transporte de cargas e usuários particulares de nossas estradas, poderemos ter, nas palavras contidas no artigo assinado pelo nosso Secretário Estadual dos Transportes, uma noção da importância estratégica que tem o Rodoanel e o quanto vai desafogar o transporte e o meio ambiente das cidades que compõem a Grande São Paulo.

Temos também, ao longo desta edição, inúmeros artigos do mais absoluto interesse de nossos leitores, compostos por prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais e outras autoridades públicas. Temos, como colaboradores permanentes, o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o Tribunal de Contas do Estado de

São Paulo, entre outros que, em reconhecimento ao nosso esforço de prestar serviço de qualidade a nossos companheiros, utilizam nosso veículo para informar, esclarecer e comunicar assuntos relevantes de suas áreas de atuação.

Aproveitamos para lembrar a todos que iniciaremos, na condição de Gestores, o Curso de Capacitação dos Agentes Municipais do Meio Ambiente, embrião da criação dos Condemas (Conselhos Municipais do Meio Ambiente), e lembramos também que, em dezembro – nos dias 5, 6 e 7 – realizaremos o 7º CBTIM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios), no qual os gestores municipais tomarão conhecimento das ferramentas e soluções mais modernas disponíveis no mercado. Garantam suas inscrições.

No mais, desejamos boa leitura, enviando a todos as mais efusivas

Saudações
Municipalistas!

Marcos Monti

Associação Paulista de Municípios

Av. São Luis, 99 - 13º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01046-905
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE

Marcos Monti

1º VICE-PRESIDENTE

José Luiz Rodrigues

2º VICE-PRESIDENTE

Welson Gasparini

3º VICE-PRESIDENTE

Rubens Furlan

4º VICE-PRESIDENTE

Marcos José da Silva

SECRETARIA - MEMBROS

DIRETORES

SECRETÁRIO-GERAL

Antonio César Simão

1º SECRETÁRIO

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º SECRETÁRIO

Sebastião Misiria

3º SECRETÁRIO

Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA

TESOUREIRO-GERAL

Carlos Alberto Cruz Filho

1º TESOUREIRO

José Ademir Infante Gutierrez

2º TESOUREIRO

Antonio Francelino

3º TESOUREIRO

João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

Aquevirque Antonio Nholla

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

José Mauro Dedemo Orlandini

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PRESIDENTE

Sckandar Mussi

CONSELHO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR

PRESIDENTE

Antonio Sérgio Baptista

CONSELHO EDITORIAL

Antônio César Simão
Aqueviroque Antônio Nholla
Carlos Alberto Cruz Filho
José Mauro Dedemo Orlandini
Marcos Monti



PRESIDENTE: Edimilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial



PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

EDITORA: Camila Piaty
redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
EDIÇÃO DE ARTE: Alexandre P. Borlina
e Flora Rio Pardo
CAPA: Ilustração / Evandro Rodrigues
REVISÃO: Maria Stella Valli
PRODUÇÃO GRÁFICA: Ivan Santana
CONSULTORIA: Christo, Manesco &
Associados
COLABORAÇÃO: Stela Martins
e Tagli Ramos

PUBLICIDADE

GERENTE DE PUBLICIDADE: Karen Cardial
karen.cardial@segmentomc.com.br
EXEC. DE NEGÓCIOS: Paula Balza
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br
REPRESENTANTES COMERCIAIS:
Bahia
Aura Representações
Cesar Silveira (71) 3345-5600
cesar.silveira@aurabahia.com.br
Paraná
Marisa Oliveira mvw (41) 3027-8490
parana@editorasegmento.com.br
Rio de Janeiro
Heliane Antonello (21) 2226-5721
no@editorasegmento.com.br
Santa Catarina
Mônica Rodrigues (48) 3478-6016
scatarina@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento
Rua Ministro Sínésio Rocha, 150,
CEP 05030-000, São Paulo, SP
Tels.: (11) 3879-8200 / 3879-8228
Fax: (11) 3879-8203
www.editorasegmento.com.br

Outubro/2006

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS

...SUMÁRIO



5 GALERIA DE FOTOS

6 ENTREVISTA

Gilberto Kassab,
prefeito de São Paulo

9 MEMÓRIA

Flagrantes do Congresso
Estadual de Municípios
e do CBTM

10 COMUNICAÇÃO

Rádio, jornal e internet
são utilizados para
estreitar o relacionamento
com a comunidade

13 IPT

Controle de cupins
subterrâneos

16 HISTÓRIA

Horto Florestal de Franca

18 EDUCAÇÃO

Boa alimentação, cultura
e saúde no combate à
evasão escolar

22 ARTIGO JURÍDICO

Débitos na dívida
ativa, por Antonio
Sérgio Baptista

23 IBGE

Perfil dos municípios
brasileiros

34 ARTIGO TRANSPORTE

Rodoanel Mário Covas:
um empreendimento
nacional, por Dario Rais
Lopes

36 ARTIGO LEGISLAÇÃO

PPPs nos municípios,
por Fernanda Meirelles e
Marcos Augusto Perez

37 APM RESPONDE

Esclarecimentos sobre
desapropriação de imóvel
e criação de leis

26 SIVIM

Depois de nove
anos, Sistema
Viário de Interesse
Metropolitano é
oficializado

38 BARRETOS

Cidade movimenta
milhões de reais
com a Festa do Peão

40 ARTIGO TECNOLOGIA

Ferramenta estratégica
a serviço do cidadão,
por Roberto Agune
e José Antônio Carlos

42 MEIO AMBIENTE

Grupo de trabalho
debate repasse aos
municípios com áreas
de proteção ambiental

45 TCE

Contabilidade
do 3º Milênio

46 CASOS E CAUSOS

O ambientalista
e o "ecochato", por
Claudio Manesco

ERRATA

Na edição 27, na reportagem Oportunidades à vista, o nome do prefeito de Pindamonhangaba foi grafado errado.
O correto é João Antonio Salgado Ribeiro.

FALE CONOSCO

REDAÇÃO: Comentários sobre o conteúdo editorial,
sugestões, críticas e releases.

Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203

E-mails: ouvidoria@apaulista.org.br

redacao@municipiosdesaopaulo.com.br

Cartas: Rua Ministro Sínésio Rocha, 150

CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING: Informações sobre promoções, eventos, reprints
e projetos especiais. Tel.: (11) 3879-8220.

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE: Anuncie na Municípios de São Paulo
e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.

Tel.: (11) 3879-8204

karcardinal@segmentomc.com.br

ASSINATURAS, RENOVAÇÕES E NÚMEROS ATRAZADOS

Tel.: (11) 2165-9999 – Fax: (11) 2165-9986

www.apaulista.org.br

GALERIA DE FOTOS

Divulgação Prefeitura de Botucatu



Representantes dos 16 comitês de bacias hidrográficas reúnem-se em Botucatu para discutir as estratégias de utilização e proteção do Aquífero em São Paulo

Divulgação Prefeitura de Itapuí



A coordenadora do Programa Acessa SP, Margarida do Nascimento, junto dos monitores, o prefeito de Itapuí Gilberto Sagioro, o vice-prefeito Clóvis Thomazela e o diretor de informática e tecnologia, César Thomazela

Foto: Priscila Medeiros



Bauru comemorou 110 anos com festa no Parque Vitória Régia

Divulgação André Skamorackas



O desembargador Celso Limongi e o prefeito de Cajamar, Messias Cândido da Silva, reunidos para a solenidade de inauguração das novas instalações do Foro Distrital de Cajamar



Seminário Municipal de Prevenção e Controle da Dengue (Preve Aedes V) realizado pela Diretoria de Saúde de Cajamar, em Jordanésia

Foto:

Caso você tenha alguma foto de eventos do Legislativo e Executivo de sua cidade e queira publicá-la, envie para ouvidoria@apaulista.org.br para uma avaliação e posterior publicação neste espaço.

Ações em conjunto

O prefeito de São Paulo ressalta a importância do relacionamento entre os municípios e uma autonomia maior na captação de recursos

Por Camila Plati

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, chegou ao Executivo paulistano depois de passar pelas três instâncias do Poder Legislativo.

Como vereador, cumpriu dois anos de mandato. Foi deputado estadual e, por seis anos, ocupou a posição de deputado federal, cargo que renunciou quando estava no segundo mandato para assumir a vice-prefeitura da capital.

Em entrevista à Municípios de São Paulo, Kassab fala sobre questões como segurança, Pacto Federativo, relações intermunicipais e Lei de Responsabilidade Fiscal..

Como é a relação do município de São Paulo com o restante dos municípios do país?

São Paulo sempre manteve relações próximas com outros municípios. Em primeiro lugar, por ser a maior cidade do país,

Divulgação



"Muitos municípios vêem São Paulo como um modelo administrativo para atender às suas demandas"

tem o aspecto econômico e produtivo que abre uma série de intercâmbios comerciais.

Além disso, por sua complexidade, São Paulo é sempre referência na administração pública. Muitos municípios buscam aqui a inspiração ou modelos administrativos para atender às demandas

de sua população.

Já do ponto de vista da aplicação das políticas públicas, a cidade de São Paulo tem ligação direta com as cidades da região metropolitana. Alguns temas como transporte público, saneamento básico e a questão das enchentes têm que ser tratados de maneira conjunta.

De que forma o senhor avalia a atual situação financeira dos municípios brasileiros?

De maneira geral, a situação financeira dos municípios brasileiros é difícil, por isso é importante a revisão do Pacto Federativo, para que os municípios tenham maior autonomia na captação de recursos e na aplicação deles. Hoje, os municípios vivem sob um elevado nível de dependência financeira do governo federal.

Uma reavaliação do Pacto Federativo é imprescindível para garantir maior capacidade administrativa aos municípios, já que é nas prefeituras que o cidadão encontra maior possibilidade de diálogo. São as cidades que primeiro percebem e recebem as demandas da população.

Qual a sua opinião a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal?

Acredito que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi um dos mais importantes mecanismos surgidos na história da administração pública do país. É evidente que, como toda legislação de caráter tão amplo, ela necessita de reavaliações periódicas para termos sempre uma leitura atualizada sobre sua aplicabilidade.

Temas como transporte e a questão das enchentes têm de ser tratados de maneira conjunta

de. Entretanto, é inegável que ela deu à administração pública brasileira um caráter moderno e mais profissional. Quem mais ganhou com essa legislação foi o cidadão, que passou a ter condições de fiscalizar e compreender as ações do administrador.

Como o senhor avalia hoje a questão da segurança pública?

O Brasil vive um momento muito difícil e tenho convicção de que sairemos dessa situação com todas as instâncias da administração pública (federal, estadual e municipal) trabalhando em conjunto.

Não podemos negar que o crime encontrou formas

de organização e que ele utiliza essa estrutura para provocar medo na população. Mas tenho certeza de que vamos conseguir neutralizar essas ações e mostrar a força do Estado organizado.

Infelizmente, todos pagamos um preço alto por esse avanço dos grupos de criminosos. Este é o

momento para agirmos com firmeza, mas estratégicamente, para acabar com essa ação e, mais do que isso, impedir que ela um dia seja retomada.

Os municípios deveriam ter mais autonomia nessa área?

Mais do que definir quem tem poder de polícia, acredito no trabalho em conjunto. Aqui em São Paulo estabelecemos uma série de convênios e programas que vincularam a ação da Guarda Civil Metropolitana com a Polícia Militar e os resultados são extremamente positivos.

Hoje, o trabalho das duas corporações é feito em canal direto de comunica-

ção, inclusive com a mesma freqüência de rádio, e as estratégias de ação são determinadas em parceria pelos comandos da GCM e da PM. O importante é que o poder de polícia existe para proteger o cidadão, independentemente de quem seja responsável por ele.

Qual o balanço que o senhor faz da cidade de São Paulo?

São Paulo tem as características comuns a uma cidade com 11 milhões de habitantes, mas estamos conseguindo minimizar os problemas gradualmente, conforme planejado no nosso plano de governo.

Temos uma situação

174 itens fornecidos pela prefeitura, já reformamos praticamente metade dos postos de saúde e estamos construindo dois grandes hospitais para suprir a demanda por atendimento médico nas áreas mais carentes da cidade (zonas leste e sul). Além disso, entre outras medidas, estamos implantando as AMAs, que são unidades de Atendimento Médico Ambulatorial. Elas oferecem o primeiro atendimento ao paciente e estão desafogando os postos de saúde e hospitais da rede pública.

Na área de educação, buscamos melhorar a qualidade de ensino investindo em novas escolas e na

Hoje, os municípios vivem sob um elevado nível de dependência financeira do governo federal

mais difícil na saúde, que passa por um amplo processo de reestruturação nesta gestão e já apresenta muitos sinais de melhora. Quando assumimos, encontramos um sistema totalmente sucateado, com falta de médicos, de remédios e os prédios em situação muito precária.

Hoje, não faltam medicamentos numa lista de

melhoria das condições de trabalho dos professores. Recentemente, oferecemos aumento de até 54% para os professores da rede municipal. Até 2008, todas as crianças da rede terão cinco horas de aula por dia (hoje são quatro horas), o que representa, ao fim de oito anos de estudo, dois anos a mais de escolaridade. Também criamos

programas para que os alunos tenham atividades fora do horário de aula nos Centros Desportivos. Neles, os alunos vão praticar esportes, ter aulas de línguas, informática, entre outros. Ou seja, estamos

A Lei de Responsabilidade Fiscal deu à administração pública brasileira um caráter moderno e mais profissional

implementando um novo modelo de gestão na educação, que vai melhorar muito a qualidade do ensino e da formação das crianças em geral.

Com relação ao saneamento, o governo do Estado fez grandes investimentos nos últimos 12 anos e praticamente não existem residências na cidade de São Paulo sem tratamento de esgoto e água encanada.

Quais as iniciativas mais recentes criadas com o objetivo de atrair investidores, gerar empregos e renda na capital?

De maneira direta, nesta gestão criamos diversos incentivos fiscais para as empresas que se instalarem na região da Nova Luz. Entre eles estão a redução de 50% do IPTU e de 60% no valor do ISS para al-

guns tipos de serviço, principalmente para aqueles ligados à informática.

Também estamos desenvolvendo, em parceria com o governo federal, a modernização do Parque Anhembi, que deverá atrair

setor de serviços.

Indiretamente, também estamos investindo muito no transporte público e na melhoria do trânsito da cidade, que são questões de grande influência na atividade econômica.

Quais suas expectativas de crescimento com relação a São Paulo e todos os outros municípios paulistas?

A expectativa do administrador público deve ser sempre otimista com relação ao crescimento.

Em São Paulo, com as medidas que estamos implementando para incentivar a atividade econômica e a redução dos tributos, como o fim da taxa de lixo, esperamos índices expressivos de crescimento. De maneira geral, acredito que o mesmo acontecerá em todo o Estado de São Paulo. Em 2005, o crescimento do PIB paulista ficou em 2,9%, ou seja, 0,6% superior ao índice registrado pelo Brasil, que foi de 2,3% de crescimento.

Quais são os principais problemas enfrentados hoje na cidade, com relação à gestão pública?

O principal problema de São Paulo hoje é financeiro. Recebemos

um município altamente endividado e com pouca mobilidade para investimentos. Graças a uma gestão financeira austera, conseguimos colocar as contas públicas em ordem. Temos pouca capacidade de investimento, mas neste governo pagamos todas as contas em dia.

Num futuro próximo, essa situação de equilíbrio deve garantir ao município uma folga maior de recursos para aplicar nos projetos da prefeitura.

Como o senhor já foi presidente da APM, de que forma o senhor vê o relacionamento entre os municípios, a troca de experiências e o papel de uma associação?

Esse intercâmbio, essa troca de experiências é fundamental para o administrador público, pois agiliza a tomada de decisões. Muitas vezes enxergamos em outros municípios soluções para nossos problemas e respostas para demandas da nossa população. Por isso o papel da APM é fundamental. Por meio desse trabalho de relacionamento, podemos ter administradores mais capacitados e que respondem mais rapidamente às questões de cada município.

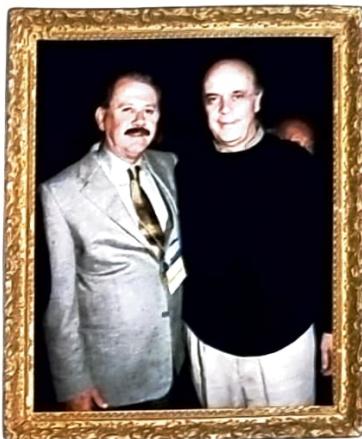
Página da história

Nesta edição, enfocamos flagrantes ocorridos nos dois eventos anuais da APM:
o tradicional Congresso Estadual de Municípios e o CBTIM
(Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios)

Carlos Cruz



Dr. Chopin Tavares de Lima discursa em Sessão Solene de encerramento do 2º CBTIM, ocorrido em dezembro de 2001, ocasião em que foi homenageado com o Troféu do Mérito Municipalista



O então presidente da APM, Celso Giglio, recepciona o então Ministro da Saúde, José Serra, por ocasião do 45º Congresso Estadual de Municípios, ocorrido em Serra Negra, em abril de 2001



Presença da ex-Primeira Dama do Estado, Sra. Lú Alckmin, comandando a Programação Especial do 47º Congresso de Municípios



A ex-Primeira Dama do Estado, Sra. Lucy Montoro, é recebida pelo ex-presidente da APM, Celso Giglio, ao comparecer à Sessão de encerramento do 2º CBTIM



O então governador Geraldo Alckmin discursa no encerramento do 47º Congresso dos Municípios, ocorrido no Guarujá, em 2003



Fala, prefeito

Municípios paulistas investem em programas de rádio, jornais e internet para comunicar suas ações dentro e fora da cidade

Por Viviane Nunes

As prefeituras estão descobrindo, soluções eficazes e baratas para se comunicar com a população. As ferramentas podem ser os tradicionais meios de comunicação, como o rádio. Mas tecnologias mais modernas, como a internet e o e-mail, têm sido um aliado do prefeito e de seus secretários para comunicar suas mensagens.

Uma regra da Administração Pública é que a transparéncia é fundamental para se alcançar o melhor desempenho em uma gestão pública. Para isso, é necessário que seja estabelecida uma comunicação eficiente, que atinja diretamente os municíipes e que torne possível uma interatividade entre o prefeito e a comunidade.

Além de cuidar para que a

imagem do político perante a população mantenha-se intacta, uma boa comunicação é primordial para construí-la e fortalecê-la, por meio, da prestação de contas à sociedade.

Em tempos de poucos recursos disponíveis para a publicidade, alguns municípios paulistas têm encontrado nos tradicionais meios de comunicação grandes aliados nessa tarefa, muitas

vezes excedendo os limites do próprio município.

É o caso de Franco da Rocha. Na cidade, o prefeito Márcio Cecchettini fala com a comunidade através da rádio Estação FM (91,7 Mhz), onde participa do programa *Bom Dia Prefeito* que vai ao ar todas as sextas-feiras, às 10 horas. No programa, aberto para toda a população, Cecchettini responde a perguntas, tira

dúvidas e ouve as críticas dos ouvintes.

O prefeito aposta também na comunicação impressa para falar com a população, por meio de sua assessoria de imprensa que abastece com notícias os quatro jornais distribuídos gratuitamente nas bancas da cidade e arredores, comunicando as ações da prefeitura junto à comunidade.

Para complementar esse relacionamento, o departamento de comunicação da prefeitura produz boletins que são afixados em postos de saúde, igrejas

e secretarias da cidade diariamente.

LINHA DE FRENTE

Mesmo com tantas iniciativas em comunicação, Cecchettini acredita que a melhor forma de chegar ao povo ainda é o corpo a corpo e por isso instituiu, recentemente, o programa *Prefeito no Bairro*. O objetivo do projeto é levar o prefeito, pelo menos a cada dois meses, diretamente ao encontro da comunidade para ouvir, prestar contas e anunciar as melhorias na cidade.

Em Botucatu, o relacio-

namento com a população também é levado a sério. Por isso, o departamento de comunicação da prefeitura produz o *Semanário Oficial do Município*, que circula em toda a região com os atos oficiais da prefeitura e da câmara munici-

a ser uma ferramenta da Secretaria de Comunicação da cidade, que publica notícias relacionadas ao governo.

O site www.botucatu.sp.gov.br, além de todas informações sobre a cidade, também disponibi-

Mídias diversificadas têm sido utilizadas pelas Prefeituras para se comunicar com a comunidade

cipal, como leis e decretos, licitações, concursos, entre outros. Desde 2004, o veículo também passou

liza diariamente notícias da prefeitura e de todas as suas secretarias, como obras realizadas, licitações

Atenção, Prefeito!

Vai começar o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais



Para saber mais, acesse o site
www.apaulista.org.br

e concursos públicos.

O prefeito de Botucatu, Antonio Mário Ferreira Lelo, considera muito importante para a cidade essa comunicação clara com toda a comunidade. "Temos que buscar continuamente a melhor forma de chegar até a população. Com esses dois veículos, temos conseguido alcançar de maneira satisfatória municípios e a população das cidades vizinhas", explica Lelo.

Para alguns prefeitos, a melhor forma de chegar ao povo é o corpo-a-corpo

Em Limeira também é produzido pelo departamento de comunicação da prefeitura o *Jornal Oficial do Município*, que traz diariamente os atos oficiais e publicidades das secretarias, e publica editais sobre ações judiciais de interesse público da Justiça Comum Estadual

e da Vara Trabalhista. Para facilitar o acesso do município às notícias, o veículo é distribuído nos 27 prédios públicos da cidade e, por meio de uma parceria com uma distribuidora de jornais, um reparte fica disponível nas bancas do centro e dos bairros da cidade.

"Em nossa administração, estamos tratando o cidadão como cliente. Nesse sentido, a comunicação se torna importante para que



Cecchettini participa do programa de rádio *Bom Dia Prefeito* para ouvir a população de Franco da Rocha

Divulgação/Prefeitura de Franco da Rocha

responder questionamentos da população.

Mais recentemente, foi criada pela comunicação da prefeitura uma *newsletter* eletrônica, que leva notícias diárias sobre a administração municipal para cerca de 600 e-mails. Para recebê-la é só se cadastrar no site da prefeitura.

perante a comunidade. Por isso, todos devem, obrigatoriamente, ter conteúdo informativo e, sempre que possível, prefeito e secretário estão presentes.

O primeiro evento dessa natureza contou com a presença de 400 lideranças da comunidade e autoridades. Na data, foi entregue um

NewsLetter eletrônica leva notícias diárias para cerca de 600 mil e-mails



Félix, de Limeira: "Tratamos o cidadão como cliente"

Wagner Moreira

possamos ouvir a opinião do morador do município e tomar as medidas de acordo com o que ele pensa. Na área pública, esse tipo de relacionamento permite não apenas melhores resultados por parte dos órgãos do governo, mas também a ampliação da cidadania", comenta o prefeito de Limeira, Silvio Félix.

No site da cidade (www.limeira.sp.gov.br), constam dados do município e notícias, atualizadas diariamente, sobre as secretarias e autarquias municipais. Pelo site, é possível que o munícipe interaja com a prefeitura por meio de um e-mail de contato criado para esclarecer dúvidas e

Para ter um contato ainda mais direto com a população local, o prefeito Félix participa de um programa de rádio semanal, aos sábados, em que recebe perguntas e, no sábado seguinte, as responde.

Além disso, todos os eventos da prefeitura, como início de obras e serviços, atos e inaugurações, são utilizados para a prestação de contas

folder com as principais realizações do governo municipal, que continha um espaço para perguntas a serem respondidas posteriormente.

"Costumamos fazer prestação de contas diretamente para a população. Desde outubro de 2005. O evento foi um sucesso e já estamos preparando a segunda edição", explica o prefeito. ♦♦♦

Controle de cupins subterrâneos

Estudo divulga os principais focos na cidade de São Paulo e fornece modelo de gestão pública no controle desses insetos

Por Ligia F. T. di Romagnano e Marcio A. R. Nahuz

Muitos municípios do Estado de São Paulo têm apresentado problemas e grandes prejuízos causados pelo ataque de uma importante praga urbana: os cupins subterrâneos.

Esta constatação tem sido feita desde 1994 pelos especialistas do Centro de Tecnologia em Recursos Florestais (CT-Floresta) do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado

de São Paulo (IPT), anteriormente conhecido como Divisão de Produtos Florestais.

Os cupins subterrâneos (*Coptotermes gestroi*) alimentam-se basicamente de madeira e seus derivados, ocasionando problemas em edificações, no patrimônio histórico e arquitetônico e também provocando danos à arborização urbana.

Com essa preocupação, e

utilizando a experiência do IPT no desenvolvimento do uso de madeiras e nas medidas de controle de qualidade na sua utilização, foi desenvolvido um

de edificações atacadas por cupins tem sido uma demanda tecnológica crescente, que tem gerado novos conhecimentos em biodeterioração, cons-

A análise de edificações atacadas por cupins tem sido uma demanda tecnológica crescente

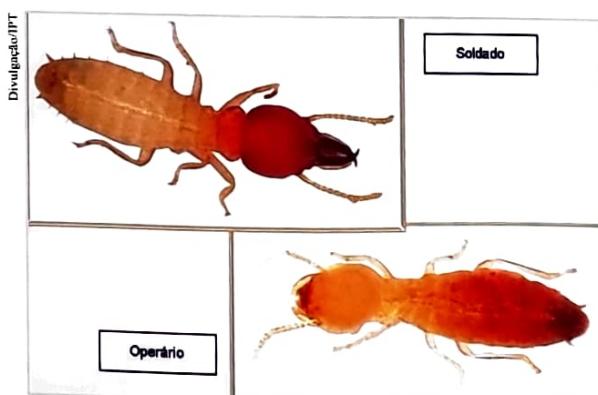
projeto para estudar a distribuição das ocorrências dos cupins na cidade de São Paulo.

Os resultados obtidos neste projeto proporcionaram as bases de um modelo de instrumento de gestão pública no controle desses insetos.

A infestação na cidade de São Paulo não é novidade. O IPT atua em tecnologia de madeiras há 30 anos, e a análise

trução civil e na gestão ambiental do ambiente construído.

O atendimento do IPT às edificações na cidade de São Paulo permitiu analisar a distribuição espacial dos pontos de ocorrência, georreferenciando os endereços no mapa do município e os custos de inspeção e tratamento aplicáveis aos imóveis atendidos no período entre 1994 e 2003.



Soldado e operário de cupim subterrâneo: problemas em edificações, patrimônio histórico e danos à arborização urbana

INFESTAÇÃO

Observam-se 45 distritos municipais, do total de 96 (47%), com pelo menos uma ocorrência desses insetos. As áreas mais infestadas são os distritos centrais, altamente verticalizados, e também áreas de verticalização

As áreas mais infestadas são os distritos centrais e as de verticalização mais recente

mais recente, já com edificações atacadas, como Morumbi e Vila Andrade. Percebe-se também uma

maior concentração de pontos na região central, como Jardim Paulista, com o maior número de ocorrências, seguido por Vila Mariana e Consolação.

Embora não tenha sido realizada uma análise econômico-cultural, é possível inferir que a distribuição

dos dados contempla distritos de habitantes com maior poder aquisitivo (Jardim Paulista, Vila

Mariana, Consolação, Perdizes, Pinheiros, Itaim Bibi e Moema). Estes

o ataque de cupins subterrâneos nas edificações estudadas foi de R\$

O custo envolvido para controlar o ataque de cupins foi de R\$ 7,1 milhões ou US\$ 3,1 milhões (dez/05)

distritos mais infestados representaram 59% do total. A população desses locais deve ter sido informada do serviço do IPT, gerando o dado, ainda que não tendo incorrido no custo do tratamento de controle.

O custo envolvido nas medidas para controlar

7,1 milhões ou US\$ 3,1 milhões (dez/05), considerando-se as etapas de inspeção e/ou tratamento químico.

Deve-se lembrar, no entanto, que o controle de cupins envolve custos adicionais com, por exemplo, a substituição de materiais danificados, serviços de

TECNOLOGIA AMBIENTAL

O Centro Tecnológico de Recursos Florestais (CT-Floresta) do IPT atua em Tecnologia Ambiental aplicada aos recursos florestais. Possui competência para apoiar tecnologicamente as administrações municipais, seja por meio do Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios (Patem) da SCTDE, ou diretamente às prefeituras, contando com três laboratórios, uma seção e as seguintes linhas de atuação:

Seção de Sustentabilidade de Recursos Florestais

- Estudos do meio biótico: caracterização, monitoramento, recuperação de áreas degradadas;
- Gestão ambiental do meio biótico;
- Indústria de base florestal;
- Resíduos florestais e de processamento;
- Sistema de informações tecnológicas

sobre recursos florestais.

Laboratório de Madeiras e Produtos Derivados

- Identificação botânica por meio da anatomia e caracterização física e mecânica de madeira e de produtos derivados (postes, dormentes e madeira serrada em geral) de origem nativa ou de plantações;
- Caracterização de painéis derivados de madeira;
- Controle de qualidade de produtos florestais;
- Ensaios de desempenho de madeiras e materiais combinados;
- Avaliação estrutural.

Laboratório de Preservação de Madeiras e Biodeterioração de Materiais

- Diagnóstico e controle de organis-

mos xilófagos em edificações, acervos e árvores;

- Sistema de gestão ambiental urbana para controle de cupins subterrâneos;
- Análise de risco de queda em árvores;
- Controle de qualidade de madeira preservada e de produtos preservativos para a construção civil e utilidades (painéis, postes e dormentes);
- Análise de desempenho e ambiental de produtos preservativos de madeira.

Laboratório de Celulose e Papel

- Pesquisa e desenvolvimento em reciclagem de papel, permanência do papel no tempo e matérias-primas não-convençãoais.
- Caracterização de matérias-primas, insumos e produtos da indústria celulósica/papeleira.

apoio à execução dos tratamentos e recuperação do imóvel. Caso o imóvel seja considerado patrimônio histórico, artístico ou arquitetônico, é comum a inclusão de profissionais de restauro.

A importância dos prejuízos causados por cupins subterrâneos em áreas urbanas tem sido pouco considerada. A reabilitação de uma área infestada é limitada quando a técnica usada é somente a aplicação de inseticidas.

Medidas de controle regulamentadas (*veja box Sistemas de Gestão*) devem ser consideradas como uma importante preocupação social e de mercado, não apenas pela garantia de que não haver-

SISTEMAS DE GESTÃO

Um Sistema de Gestão Ambiental voltado para o controle de cupins subterrâneos, em ambiente urbano, deve atentar para os seguintes aspectos:

- a localização do empreendimento implica um levantamento no município, distrito ou empreendimento, de forma sistemática, que relate variáveis do ambiente construído com a distribuição da infestação, o qual deverá compor um Sistema de Informações Geográficas para monitorar a infestação;
 - o projeto construtivo, com a identificação de espaços perdidos, e sua acessibilidade para facilitar futuras inspeções. A obra deve ser planejada utilizando-se técnicas construtivas que dificultem o acesso dos

cupins e permitam a inspeção periódica em pontos vulneráveis;

- o gerenciamento de resíduos contendo material celulósico;
 - os possíveis impactos ambientais das perdas provocadas pela ação dos cupins e da aplicação de inseticidas pré- e pós-construção;
 - o uso de madeiras tratadas e construção com materiais resistentes à biodeterioração.

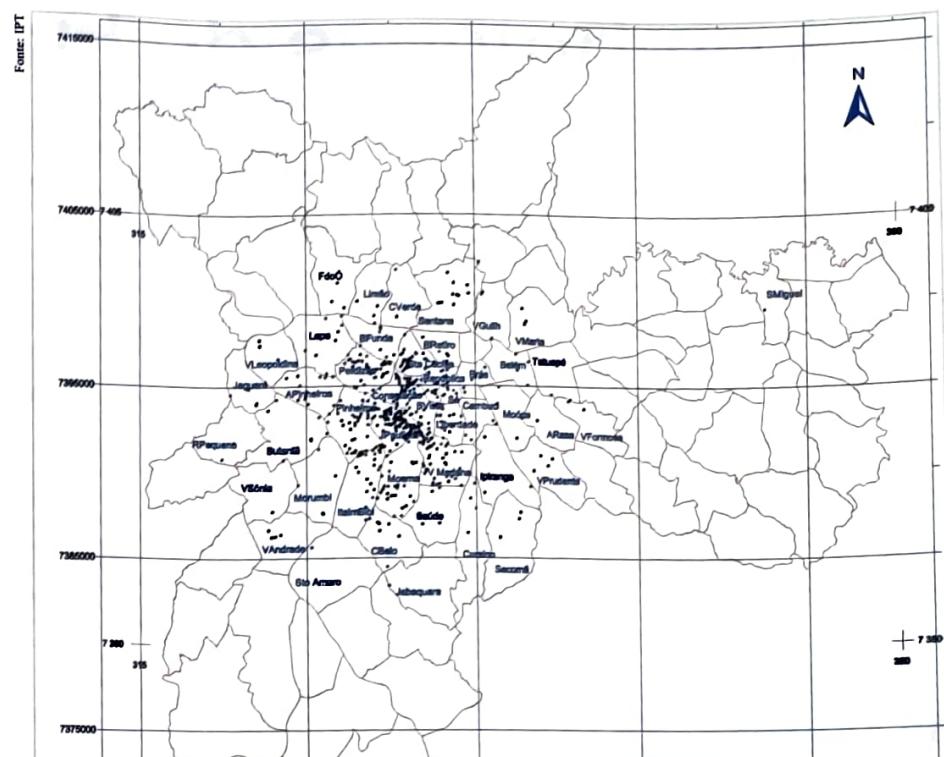
Indicações de uso sustentável de madeiras na construção civil, considerando a correta escolha das espécies e dos tratamentos, podem ser obtidos na recente publicação do IPT, SVMA/PMSP e Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon);

 - a regulamentação e a fiscalização da adoção dessas medidas.

o ambiente aos produtos químicos e a edificação pode ser mais “saudável”, havendo maior durabilidade dos materiais e proteção do patrimônio.

Proprietários de imóveis que já tiveram a experiência de serem vítimas dos cupins certamente devem receber bem estas medidas, pois são iniciativas para o aumento da durabilidade do patrimônio e melhoria na qualidade de vida urbana.

Ligia Ferrari Torella di Romagnano, ecóloga, e Mário Augusto Rabelo Nahuz, engenheiro florestal, são pesquisadores do IPT.



Pontos na cidade de São Paulo: dos 96 distritos do município, 47% possui pelo menos uma ocorrência do inseto, com maior incidência nas regiões centrais

Lembranças de Franca

Horto Florestal, inaugurado em 1957, trouxe para a cidade uma grande quantidade de mudas de pau-brasil e aroeira

Por Célio Bertelli

Foto: divulgação Arquivo Parque Zoobotânico



Parque Zoobotânico de Franca: local de abrigo para a fauna remanescente, próximo à área urbana

O antigo Horto Florestal de Franca (atual Jardim Zoobotânico) foi criado oficialmente pela Lei Municipal n.º 269 de 10 de dezembro de 1952 pelo prefeito dr. Ismael Alonso y Alonso (1952-1955) e situa-se na Fazenda Pouso Alto, propriedade da prefeitura, compreendendo uma vasta área de terras e

de mata nativa.

Foi criado no início da década de 50 com o objetivo de cultivar mudas de árvores frutíferas, principais variedades de café, mudas de floricultura ornamental e também distribuir sementes e mudas destinadas a agricultores, bem como essências florestais, hortaliças e legumes.

O Horto Florestal teve

sua construção e formação datadas de janeiro de 1956, por iniciativa do prefeito Onofre S. Gosuen, que trouxe de São Paulo uma grande quantidade de mudas de pau-brasil e aroeira do Viveiro Manequinho Lopes. No entanto, suas atividades no fornecimento de mudas, sementes e atendimento geral ao município e região começaram de fato em 24

de abril de 1956.

Após 9 anos de funcionamento, foi construída uma represa para a irrigação das mudas e os trabalhos passaram a ser administrados pela engenheira agrônoma Olga Toledo de Almeida, na gestão do prefeito Hélio Palermo (1964-1969).

A implantação de infraestrutura só ocorreu no ano de 1984, quando foi

construída sua primeira edificação, destinada ao uso de um apiário, sob a gestão do prefeito Sidnei Rocha (1983-1987), onde hoje funciona o prédio administrativo.

feitório, vestiário e cozinha. No mandato do prefeito Maurício Sandoval (1989-1992), realizou-se a construção dos depósitos de ferramentas e materiais no Horto Municipal, devido

Dominici (1997-2000), houve um grande aumento na produção de mudas e o Horto passou a ser aberto ao público, para proporcionar noções de educação ambiental aos alunos da rede pública e particular.

Com a degradação ambiental crescente e a necessidade de preservação dos ecossistemas, tornou-se imprescindível a criação de áreas protegidas com a finalidade de manter a fauna e a flora nativas. Para se adequar aos novos objetivos pretendidos, o Horto Florestal foi transformado no Jardim Zoobotânico de Franca, por uma lei municipal, em 17 de julho de 1998, objetivando-se,

pau-brasil em área temática; inventário florístico da vegetação nos bosques termáticos; estudo da dispersão de sementes do palmito-juçara por pássaros; e uso do biossólido da Sabesp no desenvolvimento inicial das mudas.

O Jardim Zoobotânico de Franca está sendo regularizado de acordo com o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), responsável por resoluções reguladoras dos Jardins Zoobotânicos do Brasil, através de convênios com o Ibama.

Juntamente com uma área conservada de vegetação nativa, aproximadamente 90 hectares, o Parque Zoo-

O Horto Florestal foi criado no início da década de 50 para se cultivar mudas de árvores frutíferas

O mel era destinado a merendas escolares, creches, asilos e Apae e esteve em atividade até 1994.

Nesta mesma administração, foi implantada a Horta Municipal, para produção de verduras servidas nas merendas escolares e nas entidades. No ano de 1985, Célio Milani entra como supervisor de equipe no Horto e, em três anos de trabalho, aumenta o viveiro de mudas em dois terços de seu tamanho.

Em 1987 foi construída uma edificação para uso dos funcionários, com re-

ao aumento da produção de mudas, proporcional ao crescimento e desenvolvimento do município.

Sob a gestão do prefeito Ary Pedro Balieiro (1993-1996), foi implantado o sistema de irrigação com aspersores, ou seja, irrigação automática (que antes era feita manualmente). Também foram construídas duas estufas para germinação das sementes. A partir da nova administração do Horto Florestal Municipal, quando assumi a chefia da Divisão Ecológica no mandato do prefeito Gilmar

A prefeitura de Franca pretende transformar o parque em um local disponível para pesquisas

principalmente, a formação de mudas e a conservação da área.

A prefeitura de Franca pretende, por meio da preservação da fauna e flora nativas, transformar a área preservada em um local disponível para pesquisas científicas, educação ambiental e espaço de lazer.

Dessa forma, estão sendo desenvolvidas pesquisas científicas como: desenvolvimento das mudas de

botânico de Franca é um local de abrigo para a fauna remanescente próximo à área urbana, totalizando uma extensão de 200 hectares reconhecida como Unidade de Conservação Municipal e evolui a cada dia, na persecução de seu objetivo de tornar-se referência.

Célio Bertelli é engenheiro agrônomo e chefe da Divisão Ecológica do Parque Zoobotânico de Franca.

::



Na inauguração do Horto Florestal em 1956, estavam presentes diversas autoridades da época

Escola de presença

Municípios apostam em boa alimentação, cultura e saúde no combate à evasão escolar

O Estado de São Paulo possui hoje mais de 2 milhões de crianças matriculadas no Ensino Fundamental ou Médio, em escolas públicas municipais, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). São mais de 500 mil crianças na escola, comparando-se ao ano 2000, quando o número de matriculados era de pouco mais de 1,5 milhão.

Porém, segundo dados do Instituto, a taxa de evasão

aumentado, praticamente manteve-se igual.

Isso graças a ações desenvolvidas pelos governos federal, estadual e municipal que têm incentivado os alunos a freqüentarem cada vez mais as aulas e não abandonarem a escola.

Na esfera municipal, muitos esforços têm sido feitos voltados a essa questão da educação. Diversas iniciativas – que vão desde uma alimentação diferenciada, transporte, até aulas de idiomas e esportes – têm sido desenvolvidas para manter as crianças na escola.

Hoje, existem mais de 2 milhões de crianças matriculadas em escolas públicas municipais de São Paulo

escolar geral (incluindo escolas particulares, estaduais e municipais) em São Paulo, apesar de a quantidade de alunos ter

CULTURA

Valinhos é um desses exemplos, pois tem criado novas situações dentro do ambiente escolar municipal



Evandro Rodrigues

com o objetivo de incentivar os estudos e aproximar os docentes da comunidade. Para encerrar as atividades do primeiro semestre deste ano, a prefeitura organizou na EMEF Jorge Bierembach de Castro uma homenagem ao patrono da escola.

O vice-prefeito da cidade, Moysés Antonio Moysés, e o secretário de Educação, Zeno Ruedell, estiveram

presentes no evento e destacaram a importância de se valorizar a cultura em meio à sociedade e tiveram a oportunidade de conversar com professores, pais e alunos. De acordo como o secretário, esse projeto também será levado para outras escolas.

Além dessa iniciativa cultural, os alunos das escolas municipais dos bairros Vale Verde e Joapiranga parti-



ciparam do Projeto ECA – Os Direitos e Os Deveres das Crianças através dos Valores, proposto pela Secretaria da Educação.

O evento também foi dirigido aos pais de alunos, com o objetivo de apresentá-los à nova proposta da escola, que é a de não apenas transmitir conhecimento formal, mas também repassar as regras do bom convívio.

Para isso, no ano passado, todos os coordenadores pedagógicos participaram de uma capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e, a partir disso, devem desenvolver projetos em suas unidades escolares.

Numa próxima etapa, segundo o secretário, os di-

retores das escolas participarão dessa capacitação sobre o ECA e, “posteriormente, será promovida uma mesa redonda com os membros do CMDCA e do Conselho Tutelar, juntamente com os coordenadores pedagógicos e diretores para esclarecer as dúvidas mais específicas”, explica Ruedell.

SOCIAL

A prefeitura de Amparo também acredita que é necessário que os pais e os alunos conheçam o ECA para que saibam seus direitos e deveres. Por isso, desde 2003 têm sido realizadas palestras que divulgam o Estatuto nas unidades escolares para os alunos, em reuniões de

De acordo com a secretaria de Educação de Amparo, Eliete Aparecida de Godoy, esse projeto não seria possível somente com o esforço da diretoria das escolas. Para isso, foi essencial o papel da assistente social, que faz um acompanhamento em todas as escolas e, caso detecte alguma criança com problemas, visita a família.

“Nessas visitas, a assistente social trabalha com os pais e os alunos o Estatuto da Criança e do Adolescente, ensinando às crianças seus direitos e também seus deveres”, conta Eliete. Caso seja constatado algum problema econômico, as famílias são encaminhadas a programas

Em 2000, o número de crianças matriculadas em São Paulo era de pouco mais de 1,5 milhão

pais, e aos professores.

A iniciativa faz parte de um projeto de combate à evasão escolar que teve início em 2001 – época em que o número de alunos evadidos por ano era somente seis – e que se estende até hoje com excelentes resultados, pois, de 1.760 crianças matriculadas na rede pública municipal, apenas uma abandonou os estudos em 2005.

sociais da comunidade, como Bolsa Família, Renda Cidadã e Ação Jovem.

Além dessa iniciativa, desde julho passado, o projeto Férias Animadas está em funcionamento. A ação é uma parceria com a Secretaria de Esportes que abrange todas as escolas municipais da cidade, incluindo as da zona rural, permitindo que fiquem abertas à comunidade com



Dra. Ruth, de Itapevi:
"Educação é essencial"

atividades esportivas durante todo o período das férias. Já nos finais de semana, desde o começo do ano, uma unidade escolar em

SAÚDE

Em Itapevi, a área da saúde tem sido uma grande aliada na luta contra a evasão escolar. Um dos exemplos é o projeto Escola Promotora da Saúde, desenvolvido pela Secretaria de Educação, em parceria com a Secretaria de Higiene e Saúde do município. Criado este ano, o projeto tem como objetivo fazer com que sejam desenvolvidas habilidades e competências para a adoção de estilos de vida e hábitos saudáveis na comunidade escolar.

Evasão escolar de 2004 é semelhante à de 2000, mesmo com o aumento do número de crianças

cada região da cidade fica aberta, proporcionando uma integração maior entre a comunidade e a escola.

De acordo com a secretaria de Educação, a participação dos pais tem sido de fundamental importância para o aproveitamento e rendimento escolar dos alunos. Por isso, em 2004 foi criado o projeto de inclusão social Escola de Pais, que acontece em três escolas da zona urbana, semanalmente ou quinzenalmente, sempre que é percebida alguma deficiência nas famílias dos alunos com relação à educação.

Para isso, são desenvolvidas ações que propõem a articulação de estratégias de educação em saúde, estabelecendo um plano de trabalho para capacitar professores, alunos e a

comunidade escolar para a realização de escolhas alimentares saudáveis; promover a prática de atividades físicas; desenvolver ambientes livres de fumo, álcool, drogas, abuso e qualquer forma de violência, contribuindo para o desenvolvimento de uma escola mais saudável. Inicialmente, o projeto será desenvolvido em três escolas municipais de Itapevi e beneficiará mais de 4 mil alunos. Já o projeto Sorriso na Escola, destinado a crianças menores de sete anos estudantes da rede pública municipal, tem como objetivo facilitar o acesso da população infantil às ações de prevenção de doenças bucais.

A ação, desenvolvida em parceria pelas Secretarias de Educação e Cultura e Higiene e Saúde, visa estimular a formação de uma cultura que valorize as ações de prevenção, principalmente para aqueles que estão

no período de formação e aprendizagem.

O projeto beneficiará aproximadamente 6 mil crianças que recebem um kit para higiene bucal contendo escova e creme dental, protetor de escova e orientação adequada sobre escovação e cuidados com a boca.

EMPREENDERDORISMO

Voltado para o jovem, a prefeitura de Itapevi desenvolveu o Inclusão Jovem. "Por entender que a criança representa o futuro e o jovem é a força vital do presente, esse projeto tem como foco o aprendizado da criança e a profissionalização do jovem", explica a prefeita, dra. Ruth Banholzer.

Por meio do projeto, são disponibilizados laboratórios de informática para os alunos da Educação Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), possibilitando a inclusão

MATRÍCULAS NOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

Ano	Total
2005	2.144.709
2004	2.093.011
2003	2.029.701
2002	1.952.547
2001	1.789.807
2000	1.616.777

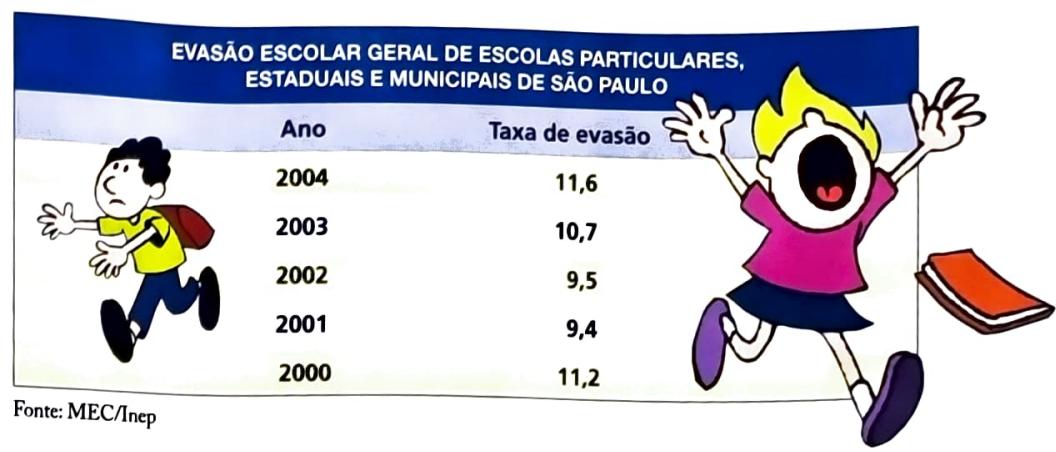
Fonte: MEC/Inep

digital. Nesses laboratórios, atualmente, cerca de 140 jovens estudantes da rede estadual de ensino auxiliam os professores durante as aulas de informática a crianças de 1^a a 4^a série, e ganham mensalmente uma bolsa-auxílio de R\$ 350. Para desempenhar essa função, os jovens recebem treinamento em informática e são acompanhados diariamente pelos gestores do projeto.

O estímulo ao desenvolvimento das habilidades

Iniciativas como um bom uniforme e alimentação proporcionam melhor aprendizado

dos jovens faz parte da proposta de ampliação do projeto. Por isso, tem se estendido ao ensino de outras atividades, como uma oficina de artes para crianças, em que a artista



plástica que dá as aulas é uma jovem de 16 anos.

“A prefeitura que se preocupa com educação contribui para a melhoria

do frio, e uma boa merenda escolar proporcionam à criança melhores condições de aprendizado”, finaliza a prefeita de Itapevi.

todas as crianças e jovens, de 4 a 17 anos, participam de um curso que aborda o desenvolvimento humano, econômico e sustentável.

A parte emocional das crianças não pode ser excluída desse processo de combate à evasão escolar por ser considerada um dos fatores que podem levá-las a abandonar os estudos. Por isso, desde fevereiro deste ano, todas as crianças da 1^a série da rede estadual e municipal participam do projeto Amigos do Zippy, em parceria com o CVV Internacional.

Além de proporcionar uma alimentação variada aos alunos, todos os educadores, pais e, inclusive, os alunos recebem instruções para uma reeducação alimentar e passam por uma avaliação nutricional.

Assim como em Itapevi, em Sorocaba o espírito empreendedor também é incentivado entre as crianças e, por meio do projeto Pedagogia Empreendedora, Terezinha Del Cistia.

(CP)::

Divulgação/Prefeitura de Sorocaba



Em Sorocaba, a alimentação fica por conta de empresas terceirizadas, que distribuem 160 mil merendas por dia

Débitos inscritos na dívida ativa

Antonio Sérgio Baptista

Apesar do entusiasmo, a Resolução 33, do Senado Federal, que teve sua publicação no Diário Oficial da União em 14 de julho de 2006, não será de grande valia para os municípios. Isso porque, em seu art. 1º, ela vincula a antecipação de receita, decorrente da securitização da dívida ativa, aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e às condições das Resoluções 40 e 43, ambas do Senado Federal.

Tais normas disciplinam a capacidade de endividamento e de pagamento das comunas, e observa-se que ponderável parcela dos municípios já está com seus limites exauridos.

Um outro limitador é a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), que restringe o comprometimento das instituições financeiras, com o Poder Público, ou seja, os bancos não podem emprestar para as administrações públicas – a antecipação de receita é um empréstimo – além do limite fixado pelo CMN. Este limite, que vem desde 1997, não tem sido expandido, para evitar o aumento da base monetária.

Aliás, é precisamente por essa razão que desde 1998 não se fala mais, ao menos no âmbito dos municípios brasileiros, em antecipação de receita orçamentária que, por força do permissivo constitucional, é operação de crédito não sujeita às limitações das resoluções do Senado Federal.

Portanto, não basta o Senado querer ajudar os municípios, é preciso que o governo federal, leia-se Ministério da Fazenda, majoritário na composição do CMN, também o queira, expandindo o limite de comprometimento das instituições financeiras.

Ademais, é sabido que grande parcela do volume acumulado na Dívida Ativa dos municípios é consequente da inadimplência dos contribuintes, posição motivada pela inércia do aparelhamento público na efetivação de medidas coercitivas de cobrança.

Não é demais afirmar que o alegado estado de passividade dos municípios decorre da lamentável escassez de recursos à disposição dos mesmos, denotando a necessidade da adoção de medidas outras, que objetivem minimizar o impacto dos valores acumulados na Dívida Ativa.

Nesse sentido, a par da necessidade de que seja aperfeiçoado o sistema arrecadador, existem no mercado soluções inovadoras: ferramentas que possibilitam dinamizar o sistema arrecadatório, mediante a implantação de ações tendentes não só à perseguição desse objetivo como, e consequentemente, a disponibilizar uma prestação de serviços mais eficaz aos municípios.

Pode-se asseverar, com propriedade, que a reclamada eficiência na arrecadação, aliás, exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, se espelha na responsabilidade assumida com o bem público, dever indeclinável do Estado perante o contribuinte.

De qualquer forma, o Estado, ou município, que tiver condições de enquadramento nos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal e das Resoluções do Senado, que tratam de endividamento, devem tentar obter a antecipação de receita prevista na Resolução 33, do Senado Federal, que se processará de acordo com o artigo 38, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, através do “processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil”.



Antonio Sérgio Baptista, advogado especialista em Direito Público, diretor-presidente da ASB (Advogados Associados) e do Instituto BrasilCidade, e presidente do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM

Perfil dos municípios brasileiros

O IBGE está realizando os treinamentos técnicos, em preparação para a realização da MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais, campanha estatística que sairá a campo a partir de setembro de 2006.

Esta importante pesquisa tem um caráter censitário, na medida em que levanta informações sobre todos os municípios brasileiros e suas prefeituras.

Embora o IBGE tenha a responsabilidade final pelos dados divulgados, há um caráter de maior

co-responsabilidade entre a instituição e os próprios informantes.

Dessa forma, considerando a elevada importância desta pesquisa, de âmbito nacional, em especial por fornecer subsídios para o planejamento, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, a participação eficiente e eficaz de todas as prefeituras municipais é imprescindível, em especial prestando informações com qualidade e dentro dos prazos determinados. ::

Produção agrícola

Divulgação



Participação agrícola nacional teve alta de 4,9%

O sétimo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do IBGE, traz uma estimativa 0,15% maior que a de junho, com alta de 4,90% em relação à safra de 2005, quando foram colhidas 117,9 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas.

Regionalmente, em milhões de toneladas (e percentuais de participação nacional), a produção foi: Sul 49,664 (42,05%); Centro-Oeste 38,954 (32,99%); Sudeste 15,984 (13,54%); Nordeste 10,050 (8,51%) e Norte 3,442 (2,91%). ::

Comissões Municipais

O IBGE já está realizando a instalação das Comissões Censitárias Municipais – CCMs, reunindo os representantes municipais, numa atuação conjunta entre o IBGE e as comunidades locais.

Assim, considerando os interesses municipais e os objetivos da sociedade, as CCMs já estão ajudando na divulgação das operações censitárias

e na sensibilização da população para responder corretamente às perguntas dos recenseadores, bem como na oferta de meios de transporte para as equipes de campo, visando fornecer as melhores condições e apoio logístico. ::

Procure o IBGE por meio de vários canais de atendimento, inclusive pela Rede de Agências, composta de cem unidades, estrategicamente instaladas por todo o Estado de São Paulo, ou por intermédio do Setor de Documentação e Disseminação de Informações, instalado no prédio da sede estadual, à Rua Urussu nº. 93, Itaim Bibi, São Paulo, SP, pelos telefones (11) 2105-8200, 2105-8281, 2105-8231, 2105-8210 e 2105-8212.



Alberto



QUEM INVENTOU O AVIÃO?

O primeiro homem a voar foi um menino observador. Um menino persistente, que não desanimava nunca. Adorava observar as aves voando. Para imitá-las, deixava de brincar com os amigos para ficar empinando suas pipas. Tinha ainda outro passatempo predileto: a leitura de histórias cheias de aventuras. As preferidas eram as dos livros de Júlio Verne, o escritor que imaginou a volta ao mundo em poucos dias e a viagem à Lua. Já adolescente, o garoto, numa exposição na França, conheceu o motor de explosão, a máquina diferente com a qual ele havia sonhado. Começaram então os estudos sérios. Ele construiu muitos aparelhos e fez muitas experiências. Parecia até o Menino Maluquinho.

Uma vez, ele criou um balão tão pequeno, de forma tão diferente, que ninguém acreditou que ele subisse. Pois ele fez o balão caminhar pelos ares. E deu ao balão o nome de "Brasil". Depois fez subir um novo balão, cheio de gás inflamável, carregando um motor a gasolina. Isso impressionou todos os parisienses. Mas o garoto queria mais... Ele pretendia fazer o que era considerado impossível.

SANTOS D

Numa tarde, o povo de Paris correu às ruas. Todos queriam ver a maior proeza de todos os tempos. Diziam que um homem ia passear pelos céus num aparelho mais pesado que o ar. Quando um aparelho chamado de 14-Bis cortou o céu, a multidão vibrou. Um gênio acabava de realizar, pela primeira vez no

Com educação de qualidade,
a escola pública pode fazer
brasileiros melhores.

SISTEMA DE ENSINO

Aprende Brasil



A Editora Positivo apresenta o sistema que está revolucionando o ensino nas escolas públicas e que já é utilizado por mais de 40 Municípios em 11 Estados em todo o Brasil: SABE – Sistema Aprende Brasil de Ensino. Um conjunto de recursos pedagógicos, com toda a garantia do maior grupo educacional do País.

- **Centro de Pesquisas:** com mais de 200 educadores qualificados e com experiência em sala de aula. Tudo para criar, desenvolver e atualizar os materiais que serão utilizados nas escolas da sua cidade.
- **Livros Didáticos Integrados:** entre séries e disciplinas, com *links* de conteúdo para o Portal Aprende Brasil.
- **Assessoria Pedagógica:** cursos freqüentes e suporte constante para os professores aprimorarem seus conhecimentos e sua formação.
- **Portal Aprende Brasil:** conteúdo educacional exclusivo, avançados recursos multimídia e acesso personalizado para professores e alunos, além da *homepage* personalizada para o município.

Entre em contato com a Editora Positivo e tenha no seu município o sistema que está deixando o ensino das escolas públicas ainda mais completo. **SABE – Sistema Aprende Brasil de Ensino.**



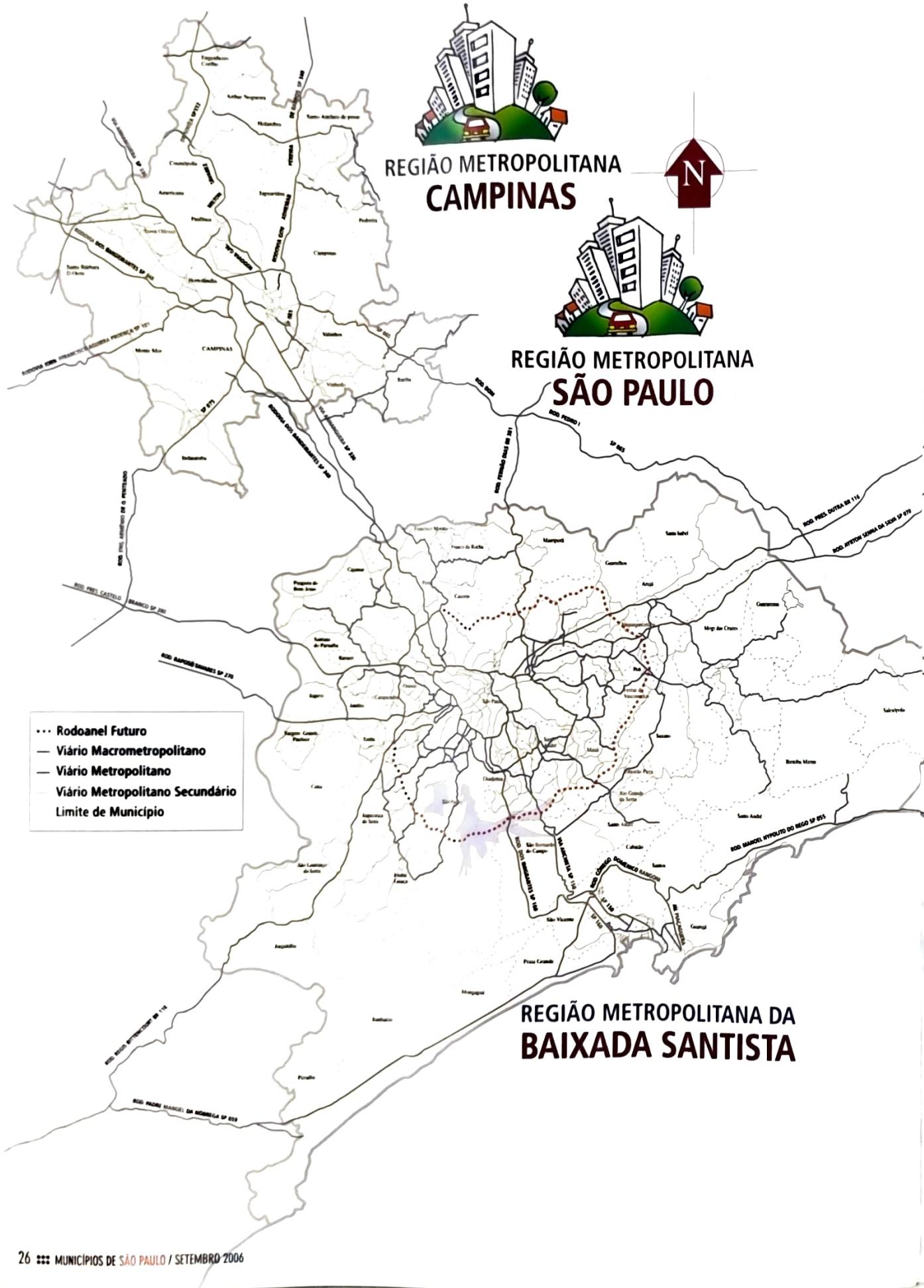
EDITOR

POSITIVO

0800 644 1515 - www.editorapositivo.com.br

UMONT

mundo, um dos maiores sonhos da humanidade:
imitar as aves! Eu vou dizer o nome do menino
que se tornou o inventor do avião... Isso mesmo!
Vocês já estão dizendo com orgulho: o brasileiro
Alberto Santos Dumont!



Novas soluções viárias

Sistema Viário de Interesse Metropolitano apresenta diretrizes e ajuda na busca de financiamentos

Por Carmo Chagas

Fato raro na administração pública brasileira, o Sistema Viário de Interesse Metropolitano (SIVIM) é um programa que primeiro produziu resultados concretos, ao longo de nove anos, antes de ser criado oficialmente pelo governo de São Paulo. Personagem igualmente peculiar, o cliente prioritário do SIVIM é o cidadão metropolitano, alguém que se desloca aos milhares todos os dias, todos os meses do ano, mas que ainda não tomou consciência da sua existência.

Incomum, também, é a ação desenvolvida pelo SIVIM: legitima-se pela capacidade de convencer nas visitas permanentes e no constante envio de informações técnicas às prefeituras e câmaras municipais das 67 cidades integrantes das três regiões metropolitanas (RM) formalmente estruturadas no

Estado de São Paulo. É para essas RMs e esses cidadãos que se concebem e se propõem as soluções que se estendem pelos 2.800 km de vias selecionadas na Região Metropolitana de São Paulo, mais 1.200 km na RM de Campinas e 500 km na RM da Baixada Santista, completando 4.500 km de uma malha urbana viva, dinâmica, sempre a exigir novas obras e intervenções.

Para melhor entender como surgiu e para que serve o SIVIM, é preciso inicialmente registrar que a Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) de São Paulo abriga três empresas públicas: a CPTM, que opera os trens metropolitanos em 22 municípios da Grande São Paulo; a Cia. do Metrô, dentro da cidade de São Paulo; e a EMTU/SP, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, que cuida do transporte

sobre pneus e da circulação em geral nas regiões metropolitanas.

Nascido na STM, desde 2003 o SIVIM é vinculado à EMTU/SP. Explica-se tal vinculação pela necessidade de maior mobilidade, que àquela altura o SIVIM exigia. Algumas dezenas de trabalhos já haviam sido realizados, sempre com

reunindo dados e ajudando a tomar providências que ajudem a melhorar o trânsito com o máximo de conforto e segurança para os usuários, em especial os 45 milhões de cidadãos que, mensalmente, recorrem ao transporte coletivo nessas três regiões metropolitanas.

A vinculação à EMTU/

Sistema inclui dados da Grande São Paulo, Grande Campinas e Baixada Santista

foco no viário de interesse metropolitano, e chegara o momento de intensificar as conversações com os 39 municípios da RM de São Paulo, os 19 da RM de Campinas e os 9 da RM da Baixada Santista.

ATUAÇÃO

O SIVIM atua em todos esses 67 municípios,

SP, ao mesmo tempo em que deu as condições objetivas para multiplicar as trocas de informações, acelerou o processo de formalização oficial do SIVIM.

Em 31 de março deste ano, no seu primeiro dia como sucessor de Geraldo Alckmin no Palácio dos Bandeirantes, o governador

Cláudio Lembo assinou o decreto no 50.684, que institui o Sistema Viário de Interesse Metropolitano (SIVIM). Se o SIVIM já produzia resultados, se seus técnicos já mantinham diálogo intenso com os técnicos e políticos dos municípios metropolitanos, era mesmo necessário que

nascesse oficialmente?

Era necessário, era indispensável, responde o coordenador do SIVIM, Paulo Carvalho Ferragi, que é também assessor da presidência da EMTU/SP. Depois de consolidar, em um livro, todos os 44 trabalhos realizados pelo SIVIM desde 1997, e de contabilizar

todos os investimentos estudados em conjunto com os municípios, faltava ainda a definição jurídica do programa, porque esse é um requisito-chave sempre que se negocia em âmbito interno ou internacional. "Em conjunto com os municípios, definimos quais são as necessidades

da malha viária metropolitana, fizemos o cálculo de quanto é preciso investir. Mas não temos os recursos para financiar a totalidade dos investimentos. Precisamos procurar outras fontes de financiamento junto a organismos financeiros internacionais. E quando você vai conversar com

"A CIRCULAÇÃO COMO SÍNTESE DE TRANSPORTE E TRÂNSITO"

Como presidente da EMTU/SP, Joaquim Lopes da Silva Júnior é o responsável pelo planejamento, controle e fiscalização do transporte sobre pneus no território ocupado por 67 municípios das três regiões metropolitanas formalmente constituidas no Estado de São Paulo. São 39 municípios na Região Metropolitana de São Paulo, 19 na RM de Campinas, 9 na RM da Baixada Santista. Um dos programas sob sua responsabilidade é o SIVIM.

"Somos uma empresa pública do governo de São Paulo, vinculada à Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Essa empresa dá emprego a 391 profissionais; o número sobe para 640, quando incluímos os terceirizados. Motivo de orgulho é que nossas receitas, resultantes de nosso trabalho, cobrem todas as despesas operacionais e administrativas da empresa. A EMTU/SP é

auto-suficiente, não depende de nenhum tostão para o custeio. Só recebe recursos externos quando se trata de investimento.

A missão da empresa não está fixada apenas no modal ônibus. A missão é assegurar facilidades de deslocamentos em todos os sentidos, por todos os meios. Isso significa atender à mobilidade metropolitana, com peculiaridades que muitas vezes a gente desconhece. A guarda de bicicletas junto aos terminais, por exemplo. Nas regiões de Itapevi e Suzano, é impressionante a quantidade de bicicletas que circulam por ali. Temos

na RM de São Paulo o maior mercado consumidor de bicicletas do Brasil. Também na RM da Baixada Santista a bicicleta é um meio bastante utilizado.

Nossa missão, na empresa, é olhar também para a integração desses outros modos, além dos 4.500 ônibus que circulam nas três regiões metropolitanas, transportando 1,7 milhão de passageiros por dia, ou 45

milhões por mês. Há ainda quase 1.100 empresas no setor de fretamento, que é uma outra modalidade importante nos deslocamentos contínuos e cotidianos das metrópoles.

A visão da EMTU/SP é de que não dá mais para tratar o transporte só como transporte, o trânsito só como trânsito. Esses dois setores podem ser sintetizados na palavra circulação. O ônibus parado é transporte. Está lá na garagem. O ônibus em operação é trânsito.

A conjugação dessas duas situações é a circulação de pessoas, uma percepção que a Secretaria dos Transportes Metropolitanos delineou e vem aprimorando desde 1997.

Os técnicos resolveram criar um organismo para ver como melhorar a circulação. Daí surgiu o SIVIM, nascido para identificar, classificar esse viário de interesse das regiões metropolitanas, para que o Estado possa atuar em conjunto com as prefeituras."



Joaquim Lopes, da EMTU: "O Estado está concluindo o processo de institucionalização da região"

"UM AGLOMERADO FANTÁSTICO, DE 26 MILHÕES DE PESSOAS"

O secretário dos Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes, entusiasmou-se com o SIVIM assim que soube de sua existência, em 2001. O programa ainda não existia formalmente, mas já estava produzindo resultados,

na prática. "O que falta, para terminar?", quis saber o secretário. Seu empenho foi determinante para a assinatura, em março de 2006, do decreto 50.684, que institui o SIVIM.

"Nós temos um aglomerado

urbano fantástico ao redor da Região Metropolitana de São Paulo. Além das duas outras RMs já definidas e estruturadas formalmente, a de Campinas e a da Baixada Santista, temos um aglomerado importante em Sorocaba, outro no Vale do Paraíba, em torno de São José dos Campos, entre São Paulo e Campinas temos Jundiaí, mais a região em torno de Bragança, a região das águas. Enfim, esse aglomerado fantástico, fabuloso em termos de economia, de força para o Brasil, já agrupa 26 milhões de pessoas.

Nossas cidades, tanto as mais como as menos conurbadas, se comunicam muito por rodovias, estradas de rodagem. Isso sempre me incomodou, pois aqui convivemos com acidentes horríveis, com a promiscuidade do transporte coletivo com o transporte individual e o de rodovias. Na Via Anhangüera, ônibus articulados trafegam ao lado de caminhões-tanques da região de Paulínia, da Refinaria do Planalto Paulista (Replan).

Sempre me incomodou a

ausência de conversação sistemática, constante entre essas cidades todas. Quem está numa delas é capaz de ir de um bairro para outro. A sinalização permite a circulação sem dificuldade. Mas quando tenta sair de uma cidade para outra, dificilmente o motorista vai encontrar o caminho que leve ao seu destino.

Nosso empenho pelo SIVIM foi fortemente influenciado por esses dois pressupostos: 1) criar caminhos próprios, metropolitanos, não apenas rodoviários, e 2) uma lógica que leve o cidadão a compreender que está num ambiente metropolitano, coletivo, não num ambiente individual, municipal. Com o decreto de nascimento do SIVIM, passamos a ter um guarda-chuva institucional. Desde o Estado até o município, está tudo institucionalizado. Com isso é possível ter as ferramentas para futuros consórcios e convênios articulados entre municípios, para a elaboração de projetos muito mais fortes de financiamentos no BNDES, no Banco Mundial, no BID."

Diretoria de Transportes



Fernandes, secretário de Transportes: "Com a criação formal, fica mais fácil a busca por financiamentos"

esses organismos, uma das primeiras perguntas é qual o marco legal para essa parceria", argumenta Ferragi.

O presidente da EMTU/SP, Joaquim Lopes da Silva Júnior, observa que já se

fez a institucionalização das regiões metropolitanas da Baixada Santista e de Campinas. Ambas têm seu conselho diretor, seu fundo para custear as políticas da região, suas câmaras temáticas. "Agora o Estado está

concluindo o processo de institucionalização da RM de São Paulo, um projeto de lei está tramitando na Assembléia", informa Joaquim Lopes. Com a criação formal do SIVIM, torna-se mais fácil a busca dos

financiamentos nacionais e internacionais. O que não chega a ser uma tarefa tão complicada assim, no entender do secretário dos Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes: "Esse é um aprendizado

que vem do governador Mário Covas e prosseguiu com Geraldo Alckmin. Eles sempre bateram na tecla de que a gente precisa saber se virar, ir em busca de alternativas, quando se trata de recursos."

INTERESSES

Mais complicado foi contornar pequenos re-

**Em 31 de março deste ano,
o governador Cláudio Lembo
assinou o decreto que institui o SIVIM**

ceios localizados. Alguns prefeitos, por exemplo, temiam que a definição de uma avenida municipal como de interesse metropolitano pudesse significar ingerência do Estado em assuntos do município. Foi preciso deixar bem claro que o SIVIM não se sobrepõe à jurisdição municipal, não diminui em nada a autonomia do município, do prefeito. O mesmo acontece em relação aos órgãos públicos de transporte. Se há nas RMs um viário gerido pelo DER, por exemplo, a jurisdição permanece com o DER. O mesmo em relação à Dersa e às concessionárias. O programa colhe informações das próprias prefeituras, classifica-as, depois leva

de volta essas informações organizadas do ponto de vista metropolitano. "A ação do SIVIM se dá essencialmente na base do convencimento", assegura Joaquim Lopes.

O secretário Fernandes lembra também os entraves de natureza corporativa, como a resistência dos comerciantes de uma ci-

permitiram mapear as vias de interesse metropolitano, assinalando-se os pontos de congestionamento, os trechos onde mais ocorrem acidentes, os locais em que é preciso observar silêncio, as vias onde há maior concentração de poluição do ar e assim por diante.

Tendo a visão de conjunto, o SIVIM aponta as obras que devem ser feitas. De seu lado, como tem a visão específica de seu território, a prefeitura diz o que precisa. Essa é uma conversação permanente, pois nos 67 municípios

das três regiões metropolitanas todo dia surge uma necessidade nova, cada um tem suas carências e urgências em matéria de sistema viário.

A obra prioritária de um município pode se encontrar com a obra prioritária do município vizinho, e esse encontro pode ter significado especial para

otimização dos recursos disponíveis.

Cada município recebe a sua versão atualizada desses mapas e tem condição de fazer o reconhecimento formal das vias em seu âmbito. Assim, como o reconhecimento já existe no âmbito metropolitano, a soma dos reconhecimentos isolados vai facilitar a realização de acordos já em curso e a celebração de convênios, para obter os financiamentos necessários para a realização das obras e ações convenientes.

MANUAL

Um dos 44 trabalhos realizados pelo SIVIM foi o Manual de Diretrizes, no qual políticos e técnicos dos municípios dispõem de informações e orientações técnicas sobre como solucionar os seus problemas de trânsito e de transporte. O manual mostra como fazer uma

O SIVIM não se sobrepõe à jurisdição municipal, não diminui em nada a autonomia do município

um terceiro município na mesma região. Situações assim aparecem nos mapas gerais do SIVIM, que eventualmente podem evitar, também, a superposição de obras, com a

baia de estacionamento, demarcar uma travessia de pedestres, implantar uma sinalização, resolver uma ciclovia. Orienta sobre como proceder quando se cria um pólo gerador

de tráfego. Inaugura-se um shopping center, por exemplo. O que fazer para que esse shopping center não se transforme em transtorno para o trânsito da região? O manual dá as diretrizes, indica qual a literatura existente sobre aquele assunto, que normas legais é preciso observar, de maneira que a prefeitura tome as providências com segurança.

No momento, o SIVIM inicia o trabalho dos indicadores do sistema viário. É um passo adiante do Manual de Diretrizes, pois detalha os indicadores de qualidade operacional, física, ambiental, urbanística, indicadores de acessibilidade social. Se a prioridade das prefeituras for tornar o acesso seguro das crianças às escolas, o manual permite tomar as medidas adequadas.

Ao reunir os prefeitos metropolitanos, sistematicamente, o SIVIM promove o debate das prioridades e, sobretudo, pode influir na viabilização das intervenções necessárias. Um dado novo, nessa discussão, é o delineamento de uma consciência metropolitana. É cada vez mais evidente, para todos, que pertencem ao passado as soluções de âmbito apenas local, municipal. Embora ainda não se tenha dado conta disso,

o cidadão metropolitano já existe. São milhões os que residem em um município, trabalham noutro, estudam

num terceiro, fazem compras num quarto e vão se divertir num quinto município. É para esse cidadão

que o SIVIM existe, é para ele, cada vez mais, que as prefeituras metropolitanas terão que trabalhar.

"O SIVIM TEM POR OBJETIVO BENEFICIAR O CIDADÃO METROPOLITANO, PRINCIPAL USUÁRIO DO SISTEMA"

Assessor da presidência da EMTU/SP e coordenador do SIVIM, o engenheiro Paulo Carvalho Ferragi é o técnico há mais tempo ligado ao programa. Desde 1997, pertence à equipe de estudos das vias que cruzam as regiões metropolitanas. Vem participando de todas as conversações com prefeitos, vereadores, secretários municipais. Atuou em todas as etapas de estruturação e consolidação do SIVIM.

"O SIVIM é um programa de trabalho. Estabelece relações de acessibilidade e tráfego entre os municípios, os pólos geradores, os núcleos expressivos nas três regiões metropolitanas do Estado de São Paulo.

O programa tem alguns objetivos muito claros e definidos. Propor intervenções focando a melhoria do transporte viário, o tratamento urbanístico. Definir, em conjunto com as prefeituras, diretrizes para a circulação. Subsidiar os órgãos de financiamento nas solicitações e aplicações de recursos. Incentivar programas e consórcios. Os recursos em mente são de toda ordem – estaduais, nacionais, internacionais.

O cliente do SIVIM é todo o público que se utiliza do sistema viário. Trata-se de uma clientela do mais variado espectro, pois o viário não faz diferença de credo, de cor, de classe social. Nele andam o carro e o pedestre, o ônibus e a bicicleta. O viário tem como característica receber todo mundo. O público do sistema viário é a população em geral das regiões metropolitanas, principalmente os que usam o sistema de transporte coletivo.

Serão eles os grandes beneficiários do SIVIM. Ao projetar intervenções nas vias referenciais, vamos propiciar que essas pessoas se locomovam com mais segurança, velocidade e fluidez. A coordenação das

Transporte garantido

Nos 19 municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC), o Sivim classificou 1.100 quilômetros como vias de interesse metropolitano – o equivalente aproximado a três vezes a extensão da Via Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, ou duas vezes a Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte. Pela movimentação do tráfego e a densidade populacional, destaca-se nessa malha viária a Bacia Noroeste, com uma população de 1,8 milhão de habitantes, nos municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Monte-Mor, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara do Oeste. Esses municípios concentram 70% da demanda de passageiros do transporte metropolitano na RMC.

É nesse trecho que se inicia, neste final de 2006, uma das mais significativas intervenções da Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM): o Corredor Metropolitano Noroeste, com cerca de 19,8 km de construção, que se estende de Campinas a Hortolândia e é complementado com mais 12,9 km de Hortolândia a Sumaré. Pelo cronograma

aprovado, até o final de 2007 o corredor estará inteiramente implantado (a previsão é de até 14 meses de trabalho, começando agora, em setembro de 2006), a um custo de R\$ 146,7 milhões.

Em seus 32,7 km, o Corredor Metropolitano Noroeste trará para a população desses municípios melhoramentos vários, como construção de novas pistas, terminais, estações de embarque, troca de pavimento, alargamento de via, criação de ciclovia, implantação de calçadão, obras de paisagismo e modernização da iluminação. O Sistema Metropolitano Noroeste deverá operar com uma frota de 450 ônibus que transportará aproxima-

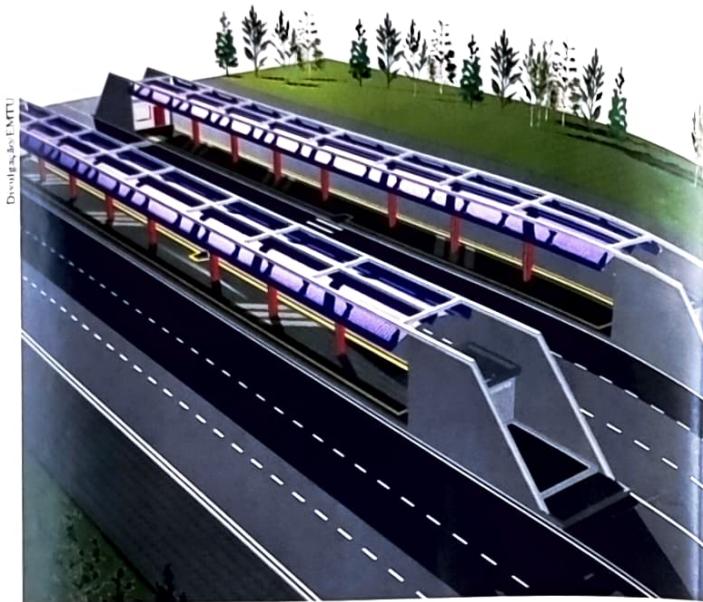


Imagem simulada da Estação Olívio Franceschini, localizada em um dos 32,7 km do Corredor Noroeste

damente 3,6 milhões de passageiros por mês ou 100 mil passageiros/dia.

Além do Corredor Metropolitano Noroeste, na RMC, a EMTU dispõe de outros três projetos de

corredores: o Corredor Metropolitano Guarulhos-Tucuruvi; o Corredor Oeste, na RMSP; e o Corredor Metropolitano do Sistema Integrado da Baixada, na RMBS. ■

OS BENEFÍCIOS DO CORREDOR NOROESTE

Estudos do Sivim indicam uma série de benefícios a ser trazidos pelo Corredor Metropolitano Noroeste, tendo como os principais:

- Atendimento de 75% da demanda de passageiros que utilizam o transporte intermunicipal na RMC;
- Aumento da velocidade operacional dos ônibus;
- Redução do tempo de deslocamento;
- Aumento das opções de destino com a integração do sistema;
- Terminais metropolitanos com postos de

informação, área para comércio e serviços, telefones públicos, sanitários etc.;

- Painéis de mensagens variáveis em paradas e terminais e comunicação sonora;
- Aumento do fator de segurança aos usuários com o monitoramento eletrônico, via satélite, da operação do serviço;
- Integração gratuita com a implantação do bilhete único metropolitano;
- Renovação da frota e redução da emissão de poluentes;
- Estação elevada com ônibus de piso baixo, para facilidade de acesso.

Atenção

Prefeitos, Vice-prefeitos, Vereadores e Secretários Municipais.
Programem-se para participarem do



Promoção

7º CBTIM



05 a 07 de Dezembro de 2006

**Hotel Maksoud Plaza
Alameda Campinas, 150 - São Paulo - SP**

CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS



“Município.gov”

Venham conhecer as ferramentas e soluções mais modernas à disposição dos Gestores Municipais.

EXPOSIÇÃO PARALELA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIAS

Informações

APM - Associação Paulista de Municípios

Site: www.apaulista.org.br / **E-mail:** apaulista@apaulista.org.br
Fone: (11) 2165-9999

Rodoanel Mario Covas: um empreendimento nacional

Dario Rais Lopes

Tirar das marginais os veículos pesados como caminhões e ônibus que chegam a São Paulo diariamente apenas de passagem, com destino a outras regiões, Estado ou país, é uma prioridade. Para dar mais qualidade de vida ao paulistano e reduzir o chamado "custo Brasil", o governo paulista investe nas obras do Rodoanel Mario Covas, que permitirá acabar com o chamado "trânsito de passagem" na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O Rodoanel é visto como um empreendimento nacional, já que facilitará o fluxo de cargas que seguem para os países da Mercosul e para o Porto de Santos e os deslocamentos de cargas entre o Norte e o Sul do país, reduzindo o Custo Brasil.

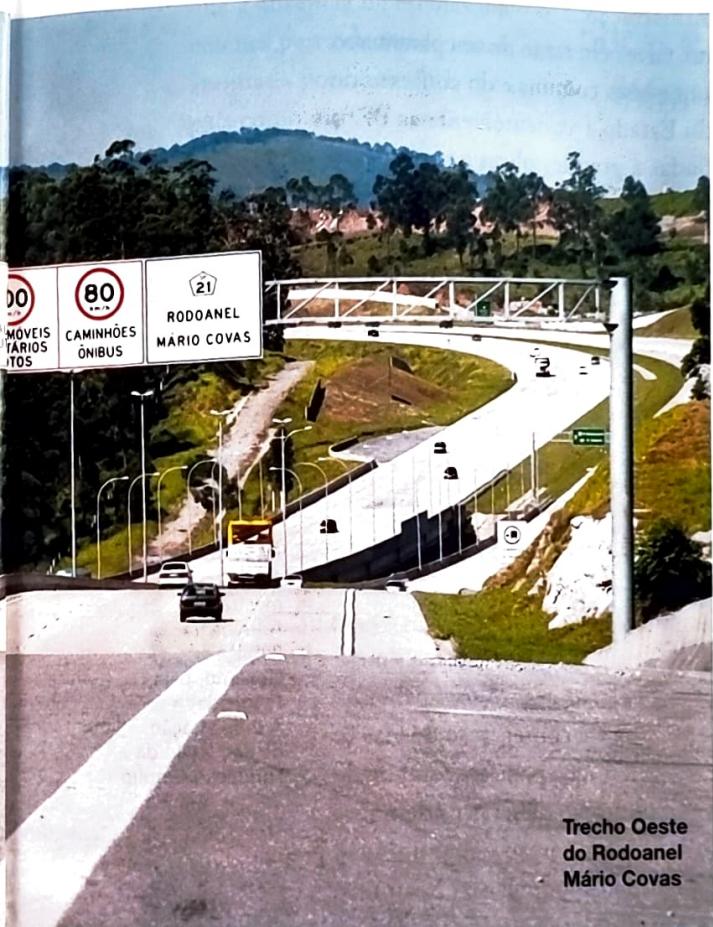
É um empreendimento, não apenas uma obra viária, pois é um importante instrumento de melhoria na qualidade urbana e ambiental da metrópole e dos municípios envolvidos no projeto. Ele provoca um grande crescimento econômico e desenvolvimento social por onde passa.

O Rodoanel está dividido em quatro trechos: Norte, Sul, Leste e Oeste. O primeiro a ser construído foi o Trecho Oeste, entregue em 12 de outubro de 2002. Ele interliga cinco das dez principais rodovias que chegam a São Paulo: Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Castello Branco, Anhangüera e Bandeirantes. E passa pelos municípios de São Paulo, Embu, Cotia, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Taboão da Serra e Santana de Parnaíba. Essas rodovias interligadas absorvem 60% dos veículos que passam pela RMSP, ou seja, 200 mil veículos/dia, sendo 43 mil caminhões. A construção do Trecho Oeste possibilitou a implantação de novas empresas nos municípios ao seu redor, o que dinamiza a economia local, gera empregos, contribui diretamente para os cofres municipais, por meio de maior arrecadação de impostos,



e consequente aplicação na área social.

Em setembro de 2006 foram iniciadas as obras do Trecho Sul do Rodoanel. Sua principal atuação será a ligação do Brasil Central ao Porto de Santos. Será importante elo econômico para a incorporação do Porto de Santos ao sistema de logística de transportes de todo o Estado e do Brasil. Com 57 km de extensão, o Trecho Sul tem início no trevo da rodovia Régis Bittencourt - no entroncamento com o Trecho



Oeste – cruza as rodovias dos Imigrantes e Anchieta, chegando ao município de Mauá. Ao projeto foi adicionada uma ligação de padrão rodoviário com 4,4 quilômetros de extensão até a Avenida Papa João XXIII, em Mauá, que será duplicada para receber o novo tráfego proveniente do Rodoanel. Com a futura extensão da Avenida Jacu-Pêssego, essa ligação vai facilitar a chegada à zona leste de São Paulo e contribuir para a geração de empregos na região.

Ao longo do seu traçado, o Rodoanel vai recuperar áreas degradadas, como portos irregulares de areia onde a extração predatória provocou erosão. Após a recuperação, essas áreas receberão paisagismo e reurbanização. Foram projetadas travessias em locais adequados que possibilitarão a circulação de animais, minimizando a interferência com a fauna em seu habitat natural.

O custo total do empreendimento está orçado em R\$ 3,5 bilhões, incluindo a construção da rodovia, desapropriações, reassentamentos e compensações ambientais.

Com a conclusão do Trecho Sul – prevista para setembro de 2010 – estima-se a redução de 37% do volume de veículos de carga na Avenida dos Bandeirantes e de 43% na Marginal do Pinheiros, reduzindo os congestionamentos nesses corredores.

No médio prazo, associado à ferrovia, o Trecho Sul poderá viabilizar a construção de Centros Logísticos Integrados, contribuindo para a implantação da intermodalidade de transportes no Estado de São Paulo e otimizando as condições para a coleta e distribuição de cargas na Região Metropolitana. Em seu conjunto, tais benefícios representam indução da atividade econômica, incremento da capacidade competitiva da economia paulista, aumento do emprego e melhoria da qualidade de vida para grande parte da população paulista que reside na RMSP. ::

Dario Rais Lopes
Secretário de Transportes
do Estado de São Paulo



PPPs nos municípios

Fernanda Meirelles e Marcos Augusto Perez

Promulgada em dezembro de 2004, a Lei das Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079) ampliou consideravelmente a margem para arranjos entre os setores público e privado na provisão de serviços e infra-estrutura pública.

A previsão expressa de diferentes formas de remuneração do parceiro privado, bem como das diversas modalidades de contrapartida por parte do poder público criou, sem dúvida, um cenário de maior riqueza e diversidades contratuais no setor público. Conseqüentemente, abrem-se novas oportunidades para o aproveitamento de interesses coincidentes de atores públicos e privados.

É necessário reconhecer que a própria Lei de Concessões (Lei nº 8.987, de 1995) já vinha sendo aplicada de forma criativa e adaptada

às necessidades concretas de cada objeto contratual. Nesse sentido, não são raros os casos de concessões que, ainda sob a égide da Lei de Concessões, remuneravam o particular por meio de "tarifa" paga pelo poder público, num arranjo semelhante a uma PPP na modalidade de concessão administrativa.

É inegável, no entanto, que a Lei de PPP confere melhor amparo jurídico – consequentemente, maior segurança – e sem dúvida reforça essa tendência. Além dos mecanismos de garantia de financiamento, a Lei de PPP viabiliza a participação do setor privado em

setores não sustentáveis por mera arrecadação tarifária, remunerando-se o particular por meio de pagamentos efetuados diretamente pela Administração.

No entanto, talvez em razão do seu parentesco com as concessões comuns e do contexto de reforma do Estado, freqüentemente as PPPs são associadas a grandes obras e serviços de infra-estrutura – como aeroportos, usinas hidrelétricas, ferrovias – cuja implementação não raro extrapola o rol de atribuições dos municípios.

Estima-se, por exemplo, que 44% dos domicílios urbanos no Brasil não sejam atendidos por rede coletora de esgotos

Há, no entanto, uma ampla lista de necessidades eminentemente municipais a serem beneficiadas por parcerias público-privadas. É este o caso da ampliação ou implementação de infra-estruturas de saneamento, pavimentação e conservação de vias (o que pode ser combinado

ou não com a prestação de serviços de transporte público); construção e manutenção de escolas, habitação popular ou hospitais; reforma e gestão elétrica e hidráulica de prédios públicos, entre outros.

Todas essas áreas, na grande maioria dos municípios brasileiros, clamam por investimentos. Alguns dados ilustram essa realidade de maneira inequívoca. Estima-se, por exemplo, que 44% dos domicílios urbanos no Brasil não sejam atendidos por rede coletora de esgotos. E que apenas 28% do esgoto coletado seja submetido ao tratamento antes do despejo. Na área de saúde, segundo



Fernanda Meirelles
Advogada do escritório Manesco, Ramires, Perez e Azevedo Marques Advocacia, mestre em Administração Pública e Governo, pela Escola de Administração de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAES/FGV)



Marcos Augusto Perez
Sócio da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Advocacia, mestre e doutor em Direito do Estado pela USP

a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 48,9% dos casos em que os usuários não são atendidos em sua primeira procura se devem à ausência de vagas no sistema de saúde. Nada menos do que 12 Estados possuem índice de leitos por habitante inferior ao recomendado pelo Ministério da Saúde. Pesquisas destacam, ainda, que a ausência de escolas ou creches perto da residência é apontada por quase 20% dos pais como motivo para a não freqüência escolar.

Dada a escassez de recursos públicos e a limitação de endividamento imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o enfrentamento das deficiências de infra-estrutura e de serviços pelos governos locais depende da participação

do setor privado em sua provisão.

Independente do valor, os contratos de PPP reclamam uma execução continuada, geralmente por um longo prazo, permitindo-se que as despesas relativas sejam diluídas em toda a execução. Assim, tomando por base um contrato de R\$ 20 milhões com prazo de 30 anos, tem-se uma despesa anual de aproximadamente R\$ 571 mil, permitindo sua adoção por municípios com receita corrente líquida de R\$ 57 milhões.

As PPPs representam, portanto, uma importante oportunidade a ser aproveitada pelos municípios para atração de recursos privados na implementação, ampliação ou reforma de infra-estrutura e prestação de serviços.

:::

■■■ APM RESPONDE ■■■

Desapropriação de imóvel e criação de leis são os temas abordados nesta edição. Para ter a sua dúvida sobre administração pública esclarecida, envie uma mensagem para o e-mail juridico@apaulista.org.br ou então ligue (11) 2165-9954.

Desapropriação de imóvel pode ser paga com serviços prestados pelo município ao credor?

A resposta é negativa. Pela leitura do art. 5º, inc. XXIV, da Constituição Federal, temos que a desapropriação deve ser paga por "justa e prévia indenização em dinheiro". Aliás, a palavra dinheiro somente aparece uma vez em todo o texto constitucional.

Não tendo sido editadas as leis, na época devida, podem ser criadas, neste momento, leis para fixarem subsídios do prefeito, vice-prefeito e secretários?

Por força do disposto no inciso V, do artigo 29, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, os subsídios do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais podem ser fixados a qualquer tempo, por projeto de lei de iniciativa privada da Câmara Municipal.

Na hipótese de não ser possível a edição das leis, as anteriores continuam valendo?

Na ausência de nova legislação, prevalece aquela em vigor, ainda que de eficácia contida.

As respostas às perguntas formuladas por órgãos municipais são de responsabilidade das equipes técnicas da Associação Paulista de Municípios e da ASB – Advogados Associados, sob coordenação do Dr. Antonio Sérgio Baptista, advogado, especialista em Direito Público.

Cidade do rodeio

Com 152 anos de história, Barretos gera mais de 15 mil empregos diretos e indiretos durante a Festa do Peão

Divulgação Prefeitura de Barretos - Paulo Borges



Projetada por Oscar Niemeyer, a arena de 1,3 milhões de metros quadrados abriga 35 mil pessoas sentadas

De 17 a 27 de agosto, a cidade de Barretos, a 425 km de São Paulo, torna-se o centro das atenções, pois é nesses dias que acontece uma das maiores festas de rodeio, a Festa do Peão de Boiadeiro.

Este ano, a 51ª Festa do Peão teve um investimento de R\$ 15 milhões. Tudo isso, para receber mais de 1 milhão de pessoas, quase

100 mil carros e mais de 1.500 ônibus, vindos de todas as partes do Brasil e do mundo.

Para receber todos esses visitantes, a cidade tem que se estruturar, e em 1985 foi inaugurado o Parque do Peão de Boiadeiro, um espaço único no país, concebido para abrigar a maior festa de rodeio do mundo.

Ao todo, são 2 milhões

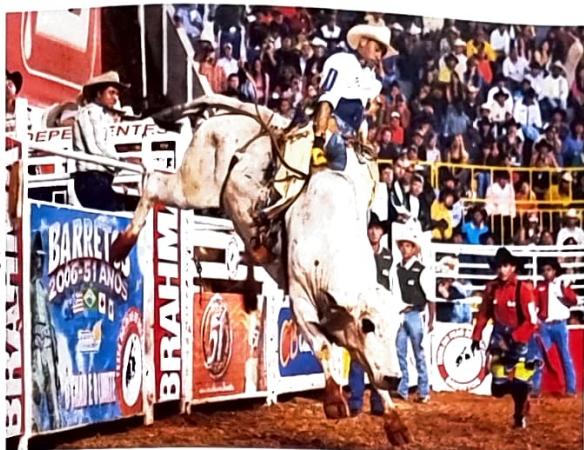
de metros quadrados e a arena, projetada por Oscar Niemeyer, tem capacidade para 35 mil pessoas sentadas. Além dessa área, o espaço inclui também estacionamento para carros e ônibus de turismo, camping com 21 mil metros quadrados, ponto de pouso, 330 banheiros fixos, sendo dez

para portadores de deficiência, telefones públicos, atendimento médico e

atendimento dentário.

Durante os dias da festa, a cidade transforma-se num verdadeiro pólo gerador de empregos, são mais de 3 mil empregados diretos e cerca de 12 mil indiretos envolvidos em todo o processo, desde o planejamento até a execução.

Mesmo com tanto investimento, para o prefeito da cidade, Emanoel Mariano Carvalho, o que



A montaria em touros é a grande atração na 51ª Festa do Peão de Barretos

Barretos tem de melhor é o povo. "Nossa população é simples, honesta e trabalhadora. É ela quem faz a festa. As pessoas que nos visitam levam daqui exatamente aquilo que receberam. E a nossa população, hospitaleira, distribui o seu maior suvenir: o amor que tem pelos seus visitantes e por sua cidade."

HISTÓRIA

Com 152 anos de história, Barretos teve seu início no século XIX, quando herdeiros dos bandeirantes paulistas, vindos principalmente do Sul de Minas, estavam à procura de novas terras, mais férteis e promissoras.

Porém, o povoado começou a desenvolver-se lentamente, pois era cercado por uma densa mata que exigia sacrifícios sobre-humanos para ser removida.

Foi um acidente natural, no rigoroso inverno de 1870, que alterou substancialmente as condições de ocupação e desenvolvimento da região. Após uma forte geada, um grande incêndio destruiu significativa área de floresta.

Com a chegada das chuvas, no lugar da antiga floresta surgiu uma rica e natural pastagem que criou condições adequadas para a criação e engorda de gado. Com isso, inúmeras fazendas foram se formando e a atividade pecuária progrediu rapidamente,



Carvalho: "O povo é o que Barretos tem de melhor"

fazendo de Barretos um centro comercial vigoroso e próspero.

No início do século passado, a atividade agrícola veio somar-se à pecuária e a cultura do café atingiu a região.

No entanto, foram as duas grandes guerras mundiais, ocorridas entre 1914 e 1945, que marcaram a evolução econômica de Barretos com o aumento das exportações de carnes e enlatados, e os resultados foram rapidamente sentidos em todos os setores da economia local.

tornou a maior referência cultural sertaneja do interior brasileiro.

Atualmente, depois de 50 anos, a festa tem repercussão internacional e faz parte do Calendário Mundial de peões de todos os países.

A história da criação da Festa começa com o nascimento de uma agremiação, formada por vinte rapazes da sociedade barretense.

Para fazer parte do clube, era preciso ser solteiro, ter mais de 18 anos e ser auto-suficiente financeiramente,

A Festa do Peão recebe anualmente mais de R\$ 15 milhões em investimento

O progresso chegou aos setores urbanos somente entre as décadas de 40 e 50, época em que ocorreu a ampliação dos serviços públicos, pavimentações, infra-estrutura de saneamento, energia elétrica e telefonia.

FESTA DO PEÃO

A Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos nasceu em 1955 e foi o primeiro evento do gênero realizado na América Latina. Desde a primeira edição, realizada embaixo de uma lona de circo, até hoje, o evento se

daí surgiu o nome do clube "Os Independentes".

O objetivo do grupo era arrecadar recursos para entidades assistenciais durante os festejos do aniversário da cidade.

Hoje, a questão civil não é mais exigida e os integrantes não são mais excluídos quando se casam. Porém, essa fundação deu início ao principal personagem da história econômica e cultural – o peão de boiadeiro –, e movimenta anualmente toda a economia local e da região.

(CP) ::

Tecnologia: ferramenta estratégica de conhecimento

Roberto Meizi Agune e José Antônio Carlos

Existe uma prefeitura municipal que não gostaria de ter em sua sede, e em seus órgãos, computadores de última geração, todos conectados entre si, tudo funcionando às mil maravilhas? Acreditamos que todas adorariam. Só que este sonho vai muito além da simples compra de tecnologia, que é, desculpem-nos dizer, a parte mais simples da encraca.

Aquela música de que nós não gostamos vai se tornar boa só porque está sendo tocada em um moderníssimo aparelho de som de última geração? Claro que não. Com os computadores, não é diferente. Não adianta termos moderníssimas máquinas se dentro delas não circular a informação que a municipalidade precisa.

A tecnologia não serve para nada, então? Longe disso. Nos dias de hoje, ela é tão importante que merece ser levada a sério e entendida em um contexto mais profundo. O que nós não devemos é nos iludir com o charme da tecnologia, uma vez que, ao município, pouco importa que a prefeitura tenha os melhores computadores. Se perdemos de vista esse referencial, teremos uma modernização apenas de fachada, pouco ou nada efetiva.

Embora não haja uma receita, certa e acabada, para modernizar uma prefeitura, esse esforço passa necessariamente por alguns temas que merecem ser mais bem refletidos por todos

aqueles que ajudam na árdua tarefa de administrar uma cidade.

Não há modernização sem princípios. É sobre eles que devem se assentar todas as ações da prefeitura. Ética, transparência, foco na cidadania, orientação para qualidade e universalização do serviço público são cartões de visita para toda municipalidade que queira praticar, de fato, uma nova gestão pública. Negligenciar os princípios transforma a tecnologia, na melhor das hipóteses, em simples veículo para procedimentos nem sempre “saudáveis”.

Não adianta termos moderníssimas máquinas se dentro delas não circular a informação que a municipalidade precisa

morar no município, seja para trabalhar. Lembre-se que, sem pessoas talentosas não há inovação, não há criação de conhecimento, o mais importante fator de produção dos dias atuais, responsável por mais de 50% da riqueza gerada nos países desenvolvidos.

O território municipal tem que se tornar um espaço de criatividade onde novas idéias possam ser geradas, colocadas em prática e testadas quanto a sua efetividade. Que tal transformar seu distrito industrial em distrito do conhecimento?

Por menor que seja, qualquer prefeitura pode

TALENTOS BEM-VINDOS

Mais do que atrair indústrias que, por conta da automação acelerada, a cada dia que passa, geram menos empregos, o grande desafio da Prefeitura do século XXI é atrair talentos, seja para

fazer parte de uma rede global. Entidades lentas, burocráticas, cheias de departamentos, onde carimbos são disputados a tapa, são organizações incapazes de compreender as transformações sociais contemporâneas e as complexas demandas da cidadania. A modernização, sobre a qual estamos falando, passa, necessariamente, por uma revolução administrativa que objetiva transformar a Prefeitura em um ponto inteligente de uma rede global, da qual fazem parte outras esferas de governo, a comunidade, parceiros da iniciativa privada, universidades, entre outros. Novos métodos de trabalho, com menos controles e mais produtividade, novos estilos gerenciais, com menos hierarquia e mais liderança, devem ser buscados, sem perda de tempo. Não é difícil fazer essa revolução? Com certeza, sim. E muito.

Mas será ainda mais difícil se ficarmos apenas vendo a banda passar e esperarmos que as coisas aconteçam.

TECNOLOGIA

Com princípios, talentos e uma nova visão organizacional em nossa agenda já é possível pensar em tecnologia, não mais como uma calculadora de luxo, e sim como ferramenta estratégica. Para tanto, é fundamental que a prefeitura possua um plano estratégico de uso de tecnologia, que, é bom destacar, nada tem a ver com a produção de algum documento burocrático para ser guardado em armários empoeirados. Falamos, aqui, de um processo permanente de busca da inovação, que permita a construção de cenários ambiciosos que não sejam simples sonhos, e sim projetos com metas bem estabelecidas, conduzidos com profissionalismo e paixão.

A adoção responsável desta visão integrada, onde a oferta de novas tecnologias se harmoniza com as necessidades da população, tornará possível transformar qualquer município, por menor e mais isolado que seja, em uma cidade digital, integrada nacional e internacionalmente, utilizando redes com e sem fio (*wireless*), de alta velocidade (chamadas de banda larga, no jargão técnico), inimagináveis, até alguns anos atrás, com vistas a:

- Democratizar os saberes e transformar a maneira de educar, formando cidadãos capazes de conviver, de se comunicar e dialogar em um mundo interativo e interdependente;

- Integrar toda a comunidade on-line, encorajando os seus municíipes a interagir com a prefeitura, dando visibilidade e garantindo acesso as ações do poder público, criando sistemas de consultas publicas (e-democracia), nos quais as decisões sejam compartilhadas e possam contribuir para melhorar a qualidade de vida dos municíipes;

- Potencializar o desenvolvimento econômico local por meio de redes de empreendedores, aumentando sua vantagem competitiva na economia global;

- Utilizar os recursos digitais para recuperar, valorizar e divulgar a memória cultural e ambiental e explorar de forma artística e lúdica diferentes meios de linguagem.

Dessa forma, a Prefeitura estará dando passos largos rumo à seletiva era do conhecimento. Mais do que recursos financeiros, esse trajeto dependerá de idéias, patrocinadores que acreditem em projetos ousados e do envolvimento da comunidade. Ainda há alguns ingressos; quem se habilita? :::

Negligenciar os princípios transforma a tecnologia em simples veículo para procedimentos nem sempre "saudáveis"

José Antonio Carlos, técnico e docente da Escola de Governo da Fundap – Fundação do Desenvolvimento Administrativo

Roberto Meizi Agune, superintendente técnico da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap, órgão vinculado à Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo



Compensação financeira

Grupo de trabalho da Assembléia Legislativa debate mecanismos de repasse aos municípios com áreas de proteção ambiental

Cerca de 190 municípios de São Paulo têm espaços territoriais protegidos pelo Estado, que impõe restrições de uso de suas áreas de proteção ambiental e mananciais para atividades econômicas potencialmente geradoras de receitas.

Para resolver essa questão, foi realizado no dia 8 de

junho – durante a Semana do Meio Ambiente –, na Assembléia Legislativa, um Fórum de Debates em torno da Lei nº 9.146/95, que cria mecanismos de Compensação Financeira aos municípios que sofrem restrições por força da instituição de espaços territoriais protegidos. Essa lei foi promulgada em 1995

para atender ao Artigo 200 da Constituição Estadual e nunca foi regulamentada. Daí ser objeto do debate. Ao final do Fórum, de iniciativa dos deputados João Caramez e Ricardo Trípoli, foi proposta a formação de um grupo de trabalho, com o objetivo de estudar a viabilidade da regulamentação de tal lei e buscar

um mecanismo eficaz que proporcione a esses municípios uma compensação pelas perdas decorrentes da redução de sua capacidade produtiva e de seu potencial de arrecadação, em consequência das restrições de uso impostas a essas áreas.

O Grupo de Trabalho é basicamente integrado

pelos dois parlamentares; representantes das Secretarias do Meio Ambiente, da Fazenda, da Economia e Planejamento; do Ministério Público; da Procuradoria Geral do Estado; do

(representante do Legislativo dos municípios); de advogados ambientalistas, entre outros. Esse grupo realizará reuniões regulares até se chegar a um ponto final para essa questão.

O grupo busca uma compensação pelas perdas decorrentes da redução da produtividade

prefeito de São Lourenço da Serra (representante do Executivo dos municípios); do presidente da Fundação Florestal; de um vereador do município de Joanópolis

De acordo com o Artigo 6º da Lei nº 9.146/95, a compensação financeira funcionaria em razão da somatória das áreas protegidas e ponderadas por

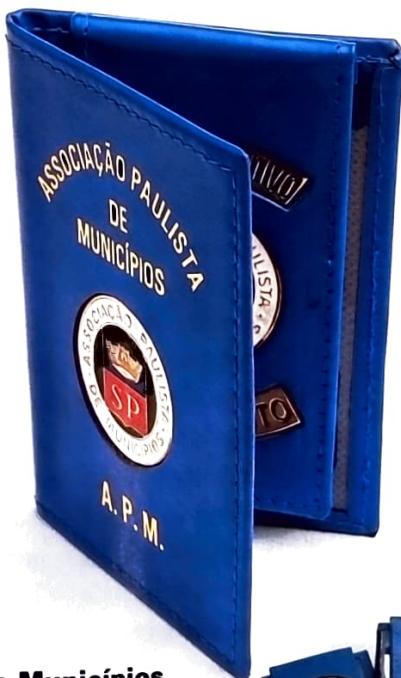
pesos atribuídos a cada uma delas, representando o grau de restrição de uso imposto a cada área pelo instrumento jurídico de criação editado pelo Estado, considerando a proporção desse espaço protegido em relação ao território de cada município.

O cálculo da compensação seria feito mediante a aplicação de um índice de participação de cada município, estabelecido de acordo com a fórmula fixada no anexo da lei, em que são contemplados aspectos físico-ambientais e econômicos.

REGULAMENTAÇÃO

Desde a edição da lei de compensação financeira, o Executivo envidou esforços no sentido de sua regulamentação. “As emendas introduzidas no seu texto, no entanto, dificultaram todos os trabalhos para a sua adequada regulamentação, considerando-se, entre outras distorções já apontadas, a exigência contida no artigo 3º da lei, que cobra dos municípios a elaboração de um complexo e oneroso relatório anual da situação das áreas protegidas, com providências que escapam às atribuições

Filie-se à Associação Paulista de Municípios



Associação Paulista de Municípios
Av. São Luiz, 99 – 13º andar – Centro
CEP 01046-905 – São Paulo – SP
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br



A Associação Paulista de Municípios tem o prazer de convidá-lo para fazer parte da nossa história e ajudar a construir um futuro melhor para todos!



O grupo de trabalho realizará reuniões regulares até se chegar a um ponto final para a questão da compensação

dos municípios, uma vez que os espaços protegidos são de responsabilidade e administração do Estado", explica dr. Augusto Miranda, representante da Secretaria do Meio Ambiente. Além disso, a lei estava defasada com relação à Legislação Federal de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Isso fez com

ção financeira – prevista na Constituição Federal (CF) – aos municípios que tenham área protegida.

"O anteprojeto de lei vem incorporando sugestões das várias áreas envolvidas, como a adequação das categorias de unidades de conservação ao SNUC e a alteração dos pesos atribuídos a alguns dos espaços protegidos", diz dr. Miranda. Todavia, o grupo

assunto se estenderia por um tempo muito longo. Diante dessa situação o grupo optou por avaliar, ponto a ponto, a minuta do novo projeto de lei e estudar as mudanças na Lei nº 8.510/93 do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que permitissem que o repasse desse tributo fosse maior para os municípios com áreas de preservação ambiental. Portanto, não se trata de compensação financeira, mas sim de alterações que possam contornar o pro-

Artigo 158 da CF

A CF permite que esse percentual de 76% seja reduzido, no máximo, para 75%. O que está sendo estudado é a redistribuição do 1% restante para municípios que abrigam unidades de preservação ambiental.

Tais municípios recebem 0,5% em função de seus espaços territoriais protegidos. Essa porcentagem é chamada de ICMS ecológico. Com o aumento proposto, essas cidades teriam seu peso elevado de 0,5% para 1,5%.

Cerca de 190 municípios de São Paulo têm espaços protegidos pelo Estado

blema das cidades dentro das condições previstas.

Segundo a Diretoria de Arrecadação da Secretaria da Fazenda, atualmente a Lei nº 8.510 disciplina 24% do Índice de Participação dos Municípios, o IPM, na arrecadação do ICMS, tendo em vista que 76% correspondem ao Valor Adicionado (equivalente à Saída de Mercadorias mais prestações de serviços tributados pelo ICMS, deduzidas as Entradas de Mercadorias, no território de cada município durante o ano civil), definido no

Hoje, a Lei nº 8.510 não beneficia as áreas de mananciais. E esse item também foi avaliado nas reuniões do Grupo de Trabalho e foi sugerida outra proposta, que debate a viabilidade da edição de um Decreto pelo Executivo do Estado, que transforme em Áreas de Preservação Permanente (Apas) os municípios que têm 100% de seus territórios em áreas de preservação de mananciais. Tal dispositivo permitiria que eles também fossem contemplados com o repasse do ICMS. (IA)::

Como a lei estava defasada, o grupo constatou que ela não poderia ser regulamentada

que o grupo constatasse, na primeira reunião, que a lei não poderia ser regulamentada. Foi apresentada, então, pelo dr. Miranda, e o grupo ainda está discutindo, a minuta de um projeto de lei que trata da compensa-

de trabalho argumentou que alguns municípios estão em estado de penúria financeira por conta das restrições impostas pela legislação ambiental e que o trâmite de outro projeto de lei tratando do

Contabilidade do 3º Milênio

Uma iniciativa do Tribunal de Contas, projeto de auditoria eletrônica de contas públicas, deverá entrar em funcionamento em 2007

Neste inverno, o Projeto Audesp (Auditoria Eletrônica de Contas Públicas do Tribunal de Contas) realizou oito encontros com contabilistas municipais, com o objetivo de promover acertos no sistema de auditoria informatizada, em fase de implantação no Estado de São Paulo.

O Projeto Audesp é uma iniciativa do TCE que tem como base o princípio da eficiência administrativa e que vem sendo desenvolvido em parceria com os municípios para entrar em efetivo funcionamento no ano que vem.

Os encontros aconteceram em Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba, São José dos Campos, Rio Preto, Araçatuba e São Paulo. Noventa e sete por cento do público-alvo compareceu em pelo menos um dos oito encontros; a repercussão da iniciativa foi ainda mais ampla, como afirmam os coordenadores do instituto, Maurício Castro e Paulo Massaru.

“O sucesso da iniciativa não se deu apenas pelo comparecimento, mas principalmente pelo interesse demonstrado”, disseram eles, que estiveram nos oito encontros, comandando a equipe que contou também com explanações e explicações dos agentes Eugênio Pereira de Lima, Marcos Portella Miguel e Maria de Fátima Reimbach de Castro.

Os monitores do Tribunal e os perto de 2.800 agentes de todos os 644 municípios fiscalizados pelo TCE, entre os quais representantes de todas as empresas terceirizadas que desenvolvem softwares para prefeituras, trataram do que vem sendo chamado no meio de “Contabilidade do 3º Milênio”. Foram palestras, diálogos, debates, entendimentos, enfim, procura do melhor caminho para o futuro das contas municipais do Estado.

SOCIAL

Ao lado da funcionalidade, outro assunto importante foi debatido com os contabilistas municipais, observou Maurício de Castro, que também é diretor de Fiscalização do TCE:

“Não tratamos somente da parte técnica da nova estrutura contábil, mas destacamos a parte social. O Tribunal também está tentando sensibilizar os agentes públicos no sentido de entenderem que a maquiagem de dados é, no fundo, uma burla à sociedade a que todos pertencemos e que temos de respeitar.”

Além do mais, os dados impostos pelo novo sistema também serão utilizados pelos próprios municípios em várias fases do seu gerenciamento de gestão, especialmente no controle interno, outra recomendação a favor da transparência.

Dos próximos passos do Projeto Audesp constam o recebimento eletrônico de dados dos 40 órgãos municipais pilotos, processo este que está sendo desenvolvido em conjunto com as 40 empresas terceirizadas mais importantes do Estado, que detêm 75% desse mercado. Numa primeira fase, os dados enviados serão da Contabilidade e do Planejamento Orçamentário.

Após as análises e ajustes, o Tribunal irá validando paulatinamente as operações e, neste mesmo diapasão, integrando novos setores, do Ensino, Saúde, Despesas de Pessoal, LRF até chegar à prestação de contas anual – dando mais condições de trabalho aos agentes para efetuarem as visitas *“in loco”* e elaborarem Relatórios de Auditoria cada vez mais completos.

O ambientalista e o “ecochato”

Por Claudio Manesco

Década de 70. Eclodiam os movimentos sociais e, sobretudo, o movimento estudantil no Brasil. Prevaleciam as tendências de esquerda (*e aí comprehendia-se um leque que ia da democracia cristã aos comunistas*) e à direita sobrava quase nenhum espaço.

Eram tempos tensos, porém recheados de emoções, idealismos, romantismos e muito, muito sectarismo. Quem não gostava de política era alienado e direitoso.

Estocolmo, 1972. Realiza-se a primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. O meio ambiente e a ecologia começam a ganhar espaço nas discussões no Brasil. Aqui e acolá surgem os primeiros indícios de um movimento ambientalista, num primeiro momento concentrado em técnicos e instituições públicas preocupados com saneamento básico e controle de poluição. Ao mesmo tempo, abria-se

espaço para uma juventude praiiana e naturalista que descobriu o veio da defesa da natureza.

Para encurtar a história – que não é tão simples –, foi aberto um espaço novo para os “excluídos” ou “auto-excluídos” do movimento político de luta pela democracia e contra a ditadura.

Entre uma e outra baforada do vento das belíssimas praias do litoral paulista, construíam-se as trin-

cheiras de um movimento ecológico que cresceu e, em alguns casos, amadureceu e noutras “enverdou-se” de vez para o caminho do radicalismo insensato, o dos “ecochatos”.

In sensatez que inspira o causo que se sucedeu com um adepto do movimento ambiental nascido em Estocolmo – tecnicamente bem-preparado e com uma visão política abrangente, e uma moça – bióloga, igualmente bem-preparada,

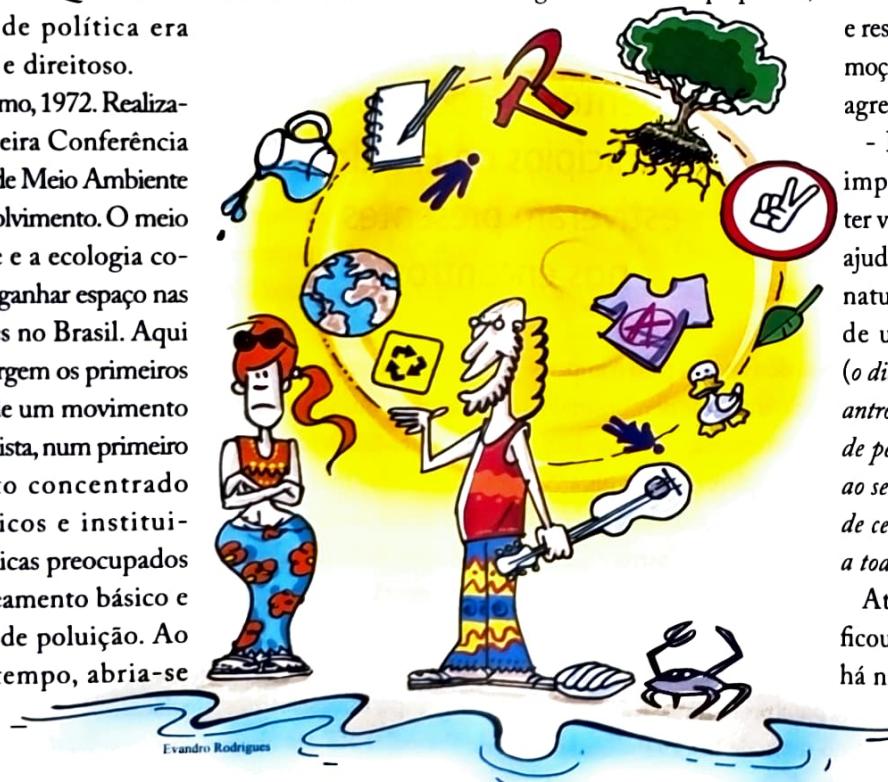
bem-nascida, bicho-grilo, apaixonada por plantas e animais.

A discórdia entre ambos foi disparada por uma discussão sobre o que fazer para preservar a Juréia e como superar a constatação de que caiçaras, históricos moradores da área, contribuíam para isso.

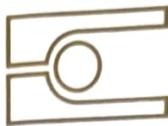
Paralisada diante de argumentações fundamentadas em sustentabilidade, adequação de meio ambiente e desenvolvimento e respeito ao ser humano, a moça revidou com sintética agressividade:

- Discutir com você é impossível. O seu mal é ter visão de todo. Você não ajuda em nada a defesa da natureza. Você não passa de um antropocêntrico (*o dicionário Houaiss define antropocentrismo como forma de pensamento que atribui ao ser humano uma relação de centralidade em relação a todo o universo*).

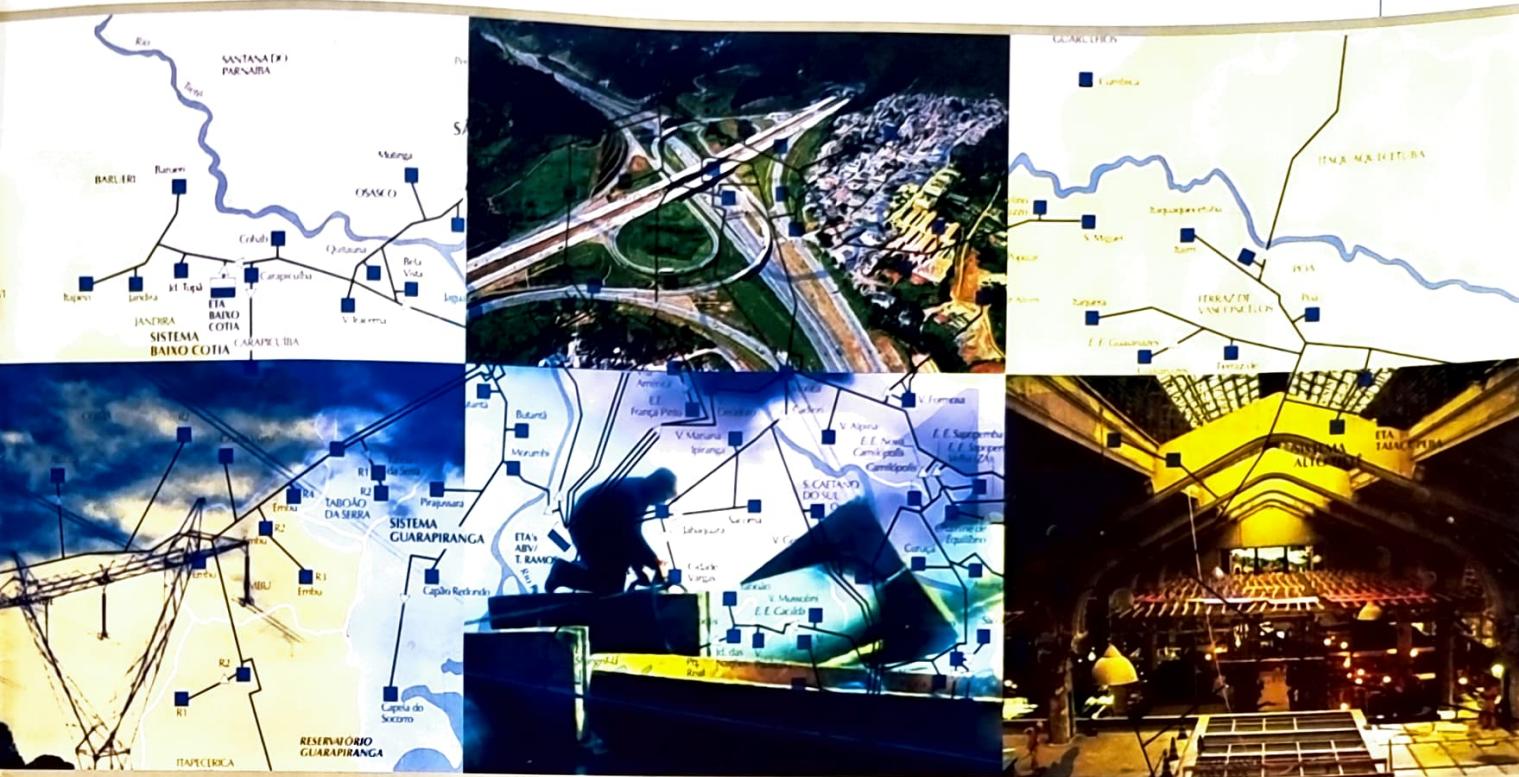
Atônito, o interlocutor ficou a pensar: - Que mal há nisso?



Casos havidos ou romanceados, “causos” são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que por aqui desfilem casos e “causos” que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrista@terra.com.br



desde 1965 projetando o futuro



excelência e eficiência

Uma empresa brasileira de engenharia consultiva.

Especializada em infra-estrutura urbana e regional, a Encibra presta serviços nas áreas de saneamento, hidráulica, elétrica, mecânica, instrumentação vias de transporte, ecologia e meio ambiente.

A vasta experiência adquirida ao longo de décadas, foi marcada pela preocupação em executar trabalhos de alta qualidade técnica, perfeitamente adaptados às condições e necessidades locais, propiciando soluções de menor custo para o cliente.

- • Elaboração de Estudos e Projetos de Engenharia
- • Prestação de Serviços de Supervisão, Fiscalização e Gerenciamento de Empreendimentos
- • Execução de Serviços Gerais de Engenharia

Matriz Central

Av. das Nações Unidas, 13797 - BLOCO III - 17º - Cep 04794-000 - Morumbi - São Paulo/SP
Fone: (0xx11) 5501-1622 - Fax: (0xx11) 5506-1662
E-mail: encibra@encibra.com.br

O Sistema UNO de Ensino apresenta sua proposta para a educação municipal

uno

público

*Qualidade
em educação
para todos*

**Material didático,
serviços pedagógicos,
soluções tecnológicas e
formação continuada.**

- > **Segmentos:**
Educação Infantil
Ensino Fundamental I
Ensino Fundamental II
Pré-vestibular
- > **Portal de educação:**
soluções tecnológicas
que atendem às
necessidades específicas
da educação municipal.
- > **Formação continuada:**
cursos ajustados
às demandas de
professores, equipes
pedagógicas e gestores
dos sistemas municipais
de ensino.



UNO
Sistema de Ensino
www.sistemauno.com.br
0800 772 1040